

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é elaborado no âmbito da realização do Trabalho de Fim do Curso de Estudos cabo-verdianos e portugueses, com o intuito de obtenção do grau de licenciado. Debruçar-se-á sobre o tema “*Caracterização do português falado em Cabo Verde*”.

Sendo a língua portuguesa a Língua Segunda (L2) e a língua de comunicação no processo de ensino-aprendizagem em Cabo Verde, uma abordagem pormenorizadamente descritiva deste tema permite comparar o português falado no arquipélago com o português europeu (PE). Esta análise mostrará o grau de interferência da Língua Materna (LM) na pronúncia da Língua Segunda (L2) e quais as principais dificuldades com que os falantes se deparam no uso quotidiano do português.

Nesta mesma linha, debruçar-nos-emos sobre os tipos de interferências registados no português falado em Cabo Verde, verificando-se de que forma as semelhanças entre as duas línguas poderão constituir-se como factores que desencadeiam as referidas interferências.

Duas razões estiveram na base da escolha deste tema. Primeiramente, a ausência de estudos e pesquisas suficientes neste campo específico (língua portuguesa em Cabo Verde), aliada aos poucos relatos de experiências práticas e resultados comprovados e discutidos em linguística. Foi igualmente determinante para esta escolha a observação de fenómenos referentes ao português falado em Cabo Verde, concretamente na área da fonética.

As razões que serviram de base para esta pesquisa estão subjacentes às seguintes questões de partida:

- Como se caracteriza a situação linguística cabo-verdiana?
- O que está na base das interferências verificadas no português falado em Cabo Verde?
- Até que ponto as semelhanças existentes entre as duas línguas (a cabo-verdiana e a portuguesa) poderão dificultar ou facilitar a pronúncia do português falado em Cabo Verde?

Assim, pretende-se ao longo desta investigação encontrar algumas respostas às questões previamente seleccionadas como forma de caracterizar o português falado em Cabo Verde, tendo em conta a vertente fonética e fonológica, sem descurar das demais áreas linguísticas como a sintaxe, a semântica, a morfologia e o léxico.

1-Objectivos:

O presente trabalho define-se tendo em vista os objectivos gerais e específicos que se indicam a seguir:

1.1- Objectivo geral: Caracterizar o português falado em Cabo Verde;

1.2- Objectivos específicos:

- Identificar os aspectos fonético-fonológicos que caracterizam o português falado em Cabo Verde;
- Identificar os aspectos morfo-sintácticos que o caracterizam;
- Confrontar o português falado em Cabo Verde com o português europeu;
- Estudar a variação geográfica da língua portuguesa e o caso de Cabo Verde;
- Identificar e analisar os tipos de interferências verificadas no português falado no Arquipélago;
- Estudar os factores que estão na origem das interferências e que contribuem para a caracterização do português falado em Cabo Verde.

2- Metodologia:

A metodologia utilizada encontra-se centrada em noções-chave como *variante* e *norma padrão*, com o objectivo de efectuar, numa primeira parte, um enquadramento teórico sobre aspectos que caracterizam a língua portuguesa falada em Cabo Verde, aproveitando o momento para efectivar uma revisão bibliográfica conceptual.

Num segundo momento deste estudo far-se-á a conjugação dos conceitos teóricos abordados na primeira parte com aspectos práticos sustentados em entrevistas. Este será o mote para a recolha de registos orais de (a) diversas faixas etárias de falantes; (b) de diversos contextos de comunicação do português falado em Cabo Verde. O objectivo desta recolha será o de analisar e assim obter uma descrição pormenorizada daquilo que se fala (aspectos fonético-fonológicos), passando por uma breve referência, mas que se julga imprescindível, aos aspectos morfo-sintácticos e lexicais.

Assim, fez-se a seguinte selecção do público-alvo e a respectiva (s) faixa (s) etária (s)¹:

1 - Alunos do terceiro ciclo do ensino secundário, faixa etária compreendida entre os quinze e os dezanove anos. Para a recolha dos registos orais assistiu-se a um conjunto de aulas que forneceram as bases para a análise de dados.

2 - Estudantes Universitários, mais concretamente da Uni-CV, distribuídos por algumas ilhas do país, faixa etária compreendida entre os vinte e três aos vinte e sete anos.

3 - Recolha de registos orais, através de entrevistas, de alguns professores universitários (Uni-CV), de diferentes áreas de ensino, faixa etária compreendida entre os trinta e cinco e os quarenta e oito anos.

4 - Professores do EBI, de diferentes níveis de ensino, faixa etária compreendida entre os trinta e cinco e os cinquenta anos.

5 - Finalmente, reuniu-se relatos orais de elementos da sociedade civil, nomeadamente deputados, também estes distribuídos por oito das nove ilhas do arquipélago,² faixa etária compreendida entre os trinta e cinco e os cinquenta e cinco anos.

Ainda neste segundo momento, far-se-á a análise e descrição de todos os dados recolhidos, comparando opiniões e factos.

No último momento deste trabalho, confirmar-se-á ou infirmar-se-á a hipótese da existência de uma variante cabo-verdiana do português, com base no que foi dito no enquadramento teórico e na análise dos elementos recolhidos em diferentes situações comunicativas.

3. Enquadramento teórico

O português é uma língua falada em vários países, distantes entre si e espalhados por quatro continentes, pelo que apresenta diferenças locais relevantes de país para país. A língua falada por qualquer sociedade apresenta constantes mudanças em consonância com as alterações sofridas pelo funcionamento do próprio corpo social. Quando essa língua é utilizada por diferentes comunidades, como é o caso do português, a sua descrição procura

¹ Cada registo, em suporte áudio, terá a duração média de 10 minutos por falante.

² Analisou-se relatos orais dos deputados de oito ilhas. O deputado da Brava foi excluído devido ao facto de ter utilizado a língua cabo-verdiana para fazer a sua intervenção na sessão plenária que serviu de suporte para este estudo.

captar os padrões comuns que permitem considerar as variantes como pertencentes a uma única língua (cf. Mateus *et al.*, 1983: 34).

Para Cunha e Cintra (1984: 9), as variantes divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário, tornando-se mais pertinente quando, por razões sociais, culturais, históricas ou económicas, a língua é transportada para fora do seu espaço geográfico e se desenvolve em estreito contacto com outras línguas utilizadas nesses outros espaços.

A este respeito, Peres e Mória (1995) são de opinião que:

Uma variante de uma língua distingue-se pela associação do núcleo de características centrais dessa língua – sintáticas, lexicais e fonológicas – a um conjunto de características particulares envolvendo um ou mais destes níveis. Estas têm de apresentar alguma estabilidade ao longo de um período razoável de tempo e, acima de tudo, têm de ser sustentadas por uma comunidade linguística minimamente representativa.

(Peres e Mória, 1995: 34)

Assim, na área vastíssima e descontínua em que a língua portuguesa é falada, os seus diferentes usos no tempo e no espaço revelam a existência de variação nos diversos módulos da gramática da língua, originando uma diversidade ou conjunto de variantes registadas no seu interior. Como qualquer língua viva, apesar de manter uma grande coesão e homogeneidade linguística, não se apresenta de forma idêntica em todos os locais onde é falada. O português tal como se tem desenvolvido em África, e particularmente em Cabo Verde, revela variação que, em grande parte, resulta da evolução dessa língua fora do seu continente de origem (cf., a esse propósito, Mateus *et al.*, 2003: 35).

Contudo, não quer isto dizer que estas variedades condicionem a sua funcionalidade, na medida em que a sua unidade é garantida pela existência de uma língua padrão, i. e., uma norma que, embora seja sujeita a adequações e necessidades dos seus utilizadores, serve de modelo dentro de uma comunidade linguística. Daí se compreende que a língua portuguesa, uma das mais faladas no mundo, mantenha a sua unidade, de tal modo que é perfeitamente possível a comunicação entre um português e um africano de língua portuguesa (cf. Amaro, 2006:14).

Em Cabo Verde, a situação linguística caracteriza-se pela presença de duas línguas: a língua cabo-verdiana e a língua portuguesa. Enquanto a língua cabo-verdiana é a língua materna de quase toda a população, o português é a língua oficial utilizada no ensino, na administração, nos meios de comunicação social e no contacto com os países estrangeiros.

O português falado em Cabo Verde apesar de basear-se no português europeu não apresenta as mesmas características deste. Existem diferenças que apesar de serem mínimas são suficientes para diferencia-los. Devido às dimensões do território, não se pode dizer que haja divisões dialectais, mas sim que o português falado em Cabo Verde constitui, no seu todo, uma das variantes geográficas do português no seio do universo da lusofonia.³ As variantes geográficas são próprias de uma zona do domínio linguístico e podem ser definidas como sendo “variações entre as formas que a língua portuguesa assume nas diferentes regiões em que é falada.”⁴

Outro fenómeno caracterizador do português falado em Cabo Verde resulta do contacto existente entre as duas línguas utilizadas neste território. Este contacto tende a aproximá-las progressivamente, sujeitando-as a influências diversas, com especial expressão no léxico e com eventual extensão às demais estruturas dessas línguas. Dessa situação de contacto, algumas estruturas da língua materna dos falantes poderão, numa fase não estabilizada do conhecimento da outra língua, criar interferências, quer a nível do léxico, quer das estruturas específicas dos subsistemas linguísticos que se encontram em contacto (cf., a esse respeito, Mateus, 2003:36).

Em didáctica das línguas, fala-se de “*transferência*” e “*interferência*” em relação às aprendizagens sucessivas de línguas diferentes. A *transferência*, para Galisson e Coste (1983), pode ser entendida como sendo “a influência de uma aprendizagem sobre outra aprendizagem mais ou menos semelhante” (cf. Galisson e Coste 1983: 715, *apud* Carvalho, 2004: 75).

Dentro deste domínio, ainda se pode definir a *interferência* “como o conjunto de dificuldades encontradas pelo sujeito aprendente e os erros por este cometidos, devido à influência da sua LM ou de uma outra LE estudada anteriormente.” (Frias, 1992; Luthenberg, 1995 *apud* Carvalho, *op. cit.*).

Para Carvalho (*op. cit.*: 76), as interferências podem afectar os diferentes níveis de organização da língua. Podem ocorrer quer a nível fonético-fonológico, quer a nível morfológico e/ou sintáctico. Deste modo, no processo de aquisição de uma segunda língua, há sempre interferência da língua materna, pois é frequente o recurso a esta para analisar os

³ *O português cabo-verdiano* in Enciclopédia Livre da Wikipédia em <http://www.Wikipédia.com> consultado no dia 23 de Novembro de 2008.

⁴ Buescu, Maria Leonor. “*Conceito de Variação linguística*” in <http://www.Integralweb.com> consultado no dia 22 de Dezembro de 2008 às 16h 43mn.

dados da nova língua, uma vez que a LM predomina no pensamento e tende a interferir nas línguas aprendidas em segundo lugar.

Ainda para Thomason e Kaufman (1998: 57), “as interferências caracterizam-se sobretudo pelo empréstimo e contaminação que podem ser de ordem fonológica, lexical e semântica”. As interferências podem afectar os diferentes níveis de organização da língua, podem retardar ou contrariar a aquisição de um sistema fonológico novo, de esquemas melódicos ou de hábitos de acentuação. Além disso, podem afectar as marcas gramaticais e ainda, levar a que o sujeito aprendente proceda à escolha de palavras impróprias para um determinado contexto (cf. Carvalho, *Idem*).

Em Cabo Verde, o português desenvolveu uma certa especificidade, que caminha para o desenvolvimento de características próprias e para um desenvolvimento mais rápido de uma variante tipicamente cabo-verdiana.

Embora uma grande parte da população não fale o português correctamente, compreende mensagens veiculadas nesta língua. Muitos cabo-verdianos desconhecem a fronteira que separa a língua portuguesa da língua cabo-verdiana, factor que conduz à «invasão» da estrutura de uma língua na outra e vice-versa. A língua portuguesa precisa de ser alargado ao conhecimento efectivo de toda população cabo-verdiana, conferindo-lhe para além do estatuto de língua oficial e formal que já possui, o estatuto de língua da oralidade informal.

Em suma, torna-se necessário expandir o ensino do português, permitindo-lhe ganhar o estatuto de língua do quotidiano informal, em paridade com a língua cabo-verdiana (cf. Veiga, 2004:128).

4- Estrutura do trabalho:

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

Uma introdução que comporta os objectivos, a metodologia, o enquadramento teórico; três capítulos, a bibliografia, a Web-grafia e o anexo.

Capítulo I – abarca uma introdução, uma breve contextualização da língua portuguesa em Cabo Verde e a caracterização da língua cabo-verdiana, com o intuito de estabelecer um breve confronto entre os seus estatutos. Finalmente, compreende as noções de transferência, interferência, variação e variante linguística com o objectivo de, no capítulo seguinte, servirem de base para a análise do português falado em Cabo Verde.

Capítulo II – voltado essencialmente para a análise dos dados recolhidos nas entrevistas efectuadas, este capítulo aborda os diversos fenómenos linguísticos constatados no português falado em Cabo Verde, estabelecendo um confronto entre este e o PE (português norma europeia). Neste capítulo, efectuar-se-á o levantamento dos aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos, lexicais, semânticos e sintácticos do português falado em Cabo Verde, que permitirão a sua posterior caracterização.

Capítulo III – integra as considerações finais, referentes à caracterização do português falado em Cabo Verde, sustentadas no tratamento dos dados das entrevistas efectuadas. Posteriormente, conjuga-se o referido tratamento de dados com os pressupostos teóricos levantados ao longo do capítulo I.

CAPÍTULO I

A situação linguística em Cabo Verde: enquadramento

1.0- Nota prévia

No presente capítulo, far-se-á a descrição de alguns conceitos teóricos, considerados relevantes para a posterior análise dos dados que se seguirá no capítulo seguinte. O objectivo fulcral é o de se inteirar da situação linguística vivida em Cabo Verde, tendo em conta os vários estudos feitos sobre esta matéria. Efectuar-se-á uma breve contextualização das duas línguas existentes em Cabo Verde – a portuguesa e a cabo-verdiana – e dos fenómenos linguísticos resultantes do convívio entre elas. Assim, neste capítulo pretende-se fazer o enquadramento teórico da situação linguística vivida em Cabo Verde.

1.1- A língua portuguesa em Cabo Verde: breve contextualização

O português é a língua falada pelos portugueses, brasileiros, muitos africanos e alguns asiáticos, reconhecida como património nacional e utilizada como instrumento de comunicação, quer dentro da sua comunidade, quer no relacionamento com as outras comunidades lusofalantes. Esta língua não dispõe de um território contínuo, mas sim de vastos territórios separados, em vários continentes, e não é exclusiva de uma comunidade. Por isso, apresenta grande diversidade interna, consoante as regiões e os grupos que a usam, tornando-a numa das principais línguas internacionais do mundo.⁵

Em Cabo Verde, a língua portuguesa passou a fazer parte da situação linguística do país a partir do povoamento das ilhas em 1462, tendo desempenhado um papel fundamental na história da sua colonização. Conjuntamente com a língua materna, o português faz parte da cultura cabo-verdiana, sendo aliás desta língua que nasceu o crioulo cabo-verdiano (cf. Delgado, 2008: 201). Vale salientar que a língua portuguesa tem mais de cinco séculos de existência neste arquipélago, portanto impõe-se pela própria força histórica que detém no seio da sociedade cabo-verdiana (cf. Delgado, *Ibidem*).

O português tem raízes profundas em todas as ilhas do país. É a língua de ensino, das igrejas, da administração, do poder político e da literatura. A história desta língua em Cabo

⁵ Citação retirada do site <http://forum.angolaxyami.com/lingua-portuguesa/53-lingua-portuguesa-angola-e-lusofonia.html> consultado no dia 21 de Abril de 2009 às 14: 25 mn.

Verde permitiu que fosse sempre considerada como língua de prestígio, apesar de a língua de comunicação em Cabo Verde ser o Cabo-verdiano.

1.2- A língua cabo-verdiana: uma visão panorâmica

O povoamento do arquipélago começou a partir da segunda metade do século XV, por pessoas que vinham resgatadas de África (os escravos) ou da Europa como colonos, em particular, portugueses e genoveses (Duarte, 1998: 58). Provenientes de continentes diferentes e saídos de grupos étnicos distintos, portadores de línguas, expressões, hábitos, costumes e tradições diversos, movidos, ora pelo instinto de sobrevivência, ora pela irresistível necessidade de relações humanas, todos tiveram de se entender e conviver uns com os outros, fossem eles senhores ou escravos (cf. Duarte, *Ibidem*).

É desse encontro, desse convívio e desse cruzamento, que surge um elemento novo na sociedade local – o mestiço – mas também aparece uma nova língua – *o crioulo*⁶, que surgiu da necessidade das pessoas se comunicarem e se fazerem entender, já que nenhuma língua das que chegaram a Cabo Verde conseguiu impor-se hegemonicamente (Duarte, *op. cit.*: 59).

Porém, as opiniões não são coincidentes sobre a origem e formação do crioulo nas ilhas de Cabo Verde. Para uns, o crioulo teria nascido na Guiné e só depois teria sido levado para o arquipélago de Cabo Verde, enquanto, para outros, ter-se-ia formado em Cabo Verde pela miscigenação, iniciada a partir de 1462, com o povoamento (Carreira, 1972). Tendo em conta este último pressuposto, Carreira (1972, *op.cit.*) afirma que a língua crioula teria surgido no próprio arquipélago no século XVI, menos de cinquenta anos após o início do seu povoamento. Uma vez ali consolidado, encontrou um importante espaço de desenvolvimento, mesmo sufocado por uma luta desigual com a língua portuguesa, fortalecida pelo poder colonial. (cf. Carreira, *op. cit.*: 344). De acordo com Veiga (1995) *apud* Pina (2006: 36), “a tese que melhor explica o aparecimento do crioulo de Cabo Verde é aquela que coloca o seu nascimento em solo cabo-verdiano como o resultado de uma dialéctica de interpenetração de línguas.”

O crioulo falado nas ilhas até ao século XIX corresponde à língua de comunicação verbal, baseada no português de Quinhentos. Segundo Cardoso (1933) *apud* Carreira (1972:74), “O dialecto cabo-verdiano é o português da época dos Descobrimentos, alterado fonética e morfologicamente no contacto com os falares dos gentios resgatados na costa da

⁶ O itálico é nosso.

Guiné para o desbravamento e amanho das terras”. Nesta linha de ideias, Pratas (2002), *apud* Pina (2006: 38) afirma que:

A língua falada em Cabo Verde entre os séculos XV-XVI já não era nem o português nem qualquer das línguas africanas. Poderia ser uma nova língua criada a partir de um *input* restrito, ou pela “importação” de elementos lexicais do português e da sua inserção numa base estrutural das línguas africanas subjacentes.

Lopes Filho (2003: 238) defende que a formação do “crioulo cabo-verdiano”, por razões históricas e circunstanciais muito particulares, resultou da urgente necessidade de comunicação de grupos humanos oriundos de culturas diferentes. A sua formação como importante língua de comunicação verbal e social, que desde cedo definiu a identidade cultural do cabo-verdiano, surgiu pela acção simultânea da catequese, da instrução feita nas igrejas, nas casas grandes, nas fazendas agrícolas e pelo aprendizado do ofício (cf. Carreira, 1992, *apud* Lopes Filho, *op. cit.*).

Como uma das componentes fundamentais da identidade e cultura cabo-verdianas, o crioulo, pouco a pouco, ganhou raízes sólidas na cultura identitária do povo cabo-verdiano, na medida em que a linguagem é um meio de comunicação que veicula não só o pensamento, como também o próprio acto de ler e perceber o mundo (cf. Lopes Filho, *Ibidem*).

Em suma, o crioulo de Cabo Verde teve como base, fundamentalmente, a existência de uma língua de superstrato de uma minoria de europeus e a miscelânea de línguas das etnias da costa ocidental africana (maioritariamente populações escravas). A sua evolução deve-se a três fases importantes da sua formação:

- (i) O pidgin que é a forma mais rudimentar de comunicação verbal, ou seja, a linguagem veicular que surgiu como forma de resolver todo um embaraço social na comunicação nas primeiras décadas da colonização de Cabo Verde;
- (ii) O proto-crioulo, que corresponde ao aperfeiçoamento do pidgin pelo acrescento de vocábulos e pelo uso de um sistema gramatical mais estruturado que o do pidgin;
- (iii) O crioulo propriamente dito, resultante de uma soma considerável de vocábulos originários de uma língua em que se apoiou, adaptado aos órgãos articulatórios do grupo de aprendiz, e de formas gramaticais correctas mais complexas do que as utilizadas no proto-crioulo (Carreira, 1982: 87) .

Na perspectiva de Pina (2006), o crioulo cabo-verdiano foi evoluindo, embora sempre sujeito à diversos fenómenos de mudança e transformação linguísticos, também estudados e registados na literatura sobre outras línguas naturais. O mesmo autor, citando Pratas (2002),

afirma que para o caso particular da origem e formação do crioulo de Cabo Verde, toda a transição entre a fase que alguns classificam de “babel” e a fase de existência de uma nova língua não se deu pelo facto de alguns dos membros da comunidade terem falhado na aprendizagem da língua dos outros e terem, deste modo, dado origem a um português mal falado, imperfeito ou, sequer, a uma variedade dialectal. Nasceu, antes, uma nova língua que é uma língua natural como qualquer outra. (conferir, a esse propósito, Pratas, 2002:18, *apud* Pina 2006: 39).

Por tudo o que ficou exposto até aqui, e de acordo com Pina (*op. cit.*), parece não fazer sentido continuar a impedir o crioulo de Cabo Verde de ser língua oficial, como também não faz sentido ocultar uma situação, que não é a de bilinguismo, mas sim de diglossia, assunto a retomar pormenorizadamente na subsecção 1.4.1.

1.3 – A questão da Língua Materna (LM), Língua Segunda (L2) e Língua Estrangeira (LE)

Num contexto de línguas em contacto, como o caso de Cabo Verde, onde mais de uma língua faz parte da situação linguística, definir língua materna, língua segunda e língua estrangeira é uma tarefa a considerar, no que toca aos respectivos contextos de utilização e de aprendizagem. Em Linguística Aplicada e na Didáctica das Línguas utiliza-se frequentemente a tripla distinção: “língua materna/língua segunda/língua estrangeira” (Gallisson e Coste, 1983:442). Neste âmbito, a situação de línguas em contacto é um elemento que permite caracterizar os referidos estatutos. Esta descrição, por sua vez, é fundamental para se *caracterizar o Português falado em Cabo Verde* (título do presente trabalho) por permitir compreender-se qual o estatuto desta que é a segunda língua no país e como é que se concretiza na prática.

Língua Materna

Entende-se por língua materna a primeira língua aprendida por uma pessoa na infância, não correspondendo necessariamente à língua oficial do país onde se vive. É a primeira língua, em ordem cronológica, a que o falante tem “acesso”.⁷ Por sua vez, Gallisson e Coste (1983: 442) afirmam que “a *língua materna* é assim chamada porque é aprendida como o primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade e é utilizada no país

⁷ Faim, Sílvia (2007). *Português língua não materna*. In [http://www. Proformar.org/revista](http://www.Proformar.org/revista). Consultado no dia 26 de Janeiro de 2009 às 17h.

de origem do sujeito falante”. A este propósito, Mackey (1992) *apud* Ançã (1999: 59) propôs três critérios para definir a *lexia língua materna*: a *primazia*, a primeira língua aprendida e compreendida; *domínio*, a língua que se domina melhor e a *associação*⁸, pertença a um determinado grupo cultural ou étnico.

Dabéne *apud* Ançã (*Ibidem*) define o termo *língua materna* como sendo “um falar que corresponde ao conjunto de potencialidades individuais de um sujeito e às práticas daí decorrentes” ou “língua reivindicada, que corresponde ao conjunto de atitudes e de representações de um sujeito ou grupo, face à língua como elemento de identidade”. É a língua em que mais ou menos até aos cinco anos de idade, a criança estabelece a sua primeira gramática que depois vai reestruturando e desenvolvendo em direcção à gramática dos adultos da comunidade onde está inserida.

Língua Segunda

Segundo Richards (1987:7) *apud* Leiria (1999):

O termo *segunda língua* [...] tem sido cada vez mais usado em Linguística Aplicada para referir à aprendizagem de qualquer língua depois da *primeira* independentemente do estatuto dessa língua em relação a quem a aprende ou ao país em que essa língua está a ser aprendida.

(Leiria, 1999: 7)

Também denominada de *língua não materna*⁹, a L2 é a que cobre todas as outras situações e, por sua vez, pode-se dividir em dois grupos: (a) Língua Segunda (L2) - língua não materna dentro de fronteiras territoriais que tem uma função reconhecida como língua oficial, sendo também a língua ou uma das línguas da escola; (b) Língua Estrangeira (LE) – língua aprendida e usada em espaços onde não tem qualquer estatuto sócio-político (cf. Faim, 2007).

No entanto, o estatuto “*língua segunda*” pode coincidir com o de língua estrangeira, considerando determinados contextos. Em Portugal, por exemplo, sendo a língua materna o Português e portanto L1, para os alunos que optem pela aprendizagem do (a) Inglês, do (b) Francês ou do (c) Alemão no 5º ano de escolaridade (ano de aprendizagem de uma primeira língua estrangeira), (a), (b) ou (c) tornar-se-á na *segunda* língua, visto ser esta a *segunda* língua com que o falante contacta em contexto de aprendizagem. No entanto, noutros contextos, existem alguns aspectos que distinguem a L2 da LE, sendo o estatuto e os contextos de aprendizagem os principais aspectos a considerar.

⁸ - Sublinhados nosso.

⁹ - Itálico nosso.

Em contextos linguísticos como os dos PALOP e o de Timor-Leste, por exemplo, *língua segunda* é a língua oficial e escolar (objecto e veículo de ensino). É definida como língua de natureza não materna mas com um estatuto particular: ou é reconhecida como oficial em países bilingues ou plurilingues, nos quais as línguas maternas não estão suficientemente descritas, ou ainda, com certos privilégios, em comunidades multilingues, sendo essa língua uma das oficiais do país (Ançã, *op. cit.*). Gallisson e Coste (1983:443) definem a *L2* e a *LE* como línguas não maternas (instrumentos de comunicação secundários ou auxiliares) distinguindo-se os estatutos pelo facto de a língua segunda beneficiar oficialmente de um estatuto privilegiado. Enquanto a *LE* é aprendida pelos indivíduos¹⁰, a *L2* é ensinada como língua veicular a toda uma comunidade em que a(s) língua(s) materna(s) é/são praticamente desconhecida(s) fora das fronteiras do país.

Descriminados os estatutos, importa avaliar agora a situação linguística em Cabo Verde relativamente às duas línguas em contacto – as línguas portuguesa e cabo-verdiana.

1.3.1- O estatuto da língua portuguesa em Cabo Verde: breve confronto com a Língua Materna

A língua portuguesa, juntamente com os colonizadores, alcançou o arquipélago aquando do seu achamento e, a partir daí, passou a desempenhar um papel de destaque na constituição desta sociedade (cf. Dias, 2008:1). Subsequentemente, foi a partir da criação do Seminário – Liceu de S. Nicolau, em 1886, que a língua portuguesa não só se tornou mais unificada e consolidada, como também passou a ter um prestígio social mais relevante (Veiga, 2004:121). Ainda para o mesmo autor, parece ter sido nesta altura que o português foi baptizado como língua de educação, de prestígio e de cultura:

A partir da segunda metade do século XIX até à presente data, o prestígio do português não deixou de aumentar e de se consolidar, particularmente no seio da elite: professores, escritores, comerciantes, empregados administrativos, profissionais liberais e mesmo alguns iletrados endinheirados.

(Veiga, 2004:122).

O seu estatuto como língua veicular e de prestígio foi-se reforçando à medida que a política de implementação de educação se foi desenvolvendo no arquipélago. Assim, com a conquista da independência nacional, o seu prestígio deixou de estar associado à colonização

¹⁰ - Significa que a aprendizagem da *LE* é opcional para o falante – aprende-a por vontade própria.

para se transformar numa marca identitária da nação independente. Hoje, não só a elite, mas também a grande massa do povo cabo-verdiano reconhece a importância e o prestígio do português por estas paragens (cf. Veiga, 2004). Assim, a língua portuguesa, consagrada na Constituição como Língua Oficial, goza do seguinte estatuto: é aprendida imediatamente a seguir à Língua Materna e é a *segunda* língua com a qual o falante «nascido e criado» em Cabo Verde contacta, em situação escolar. É língua segunda enquanto “reconhecida como oficial em países bilingues, como é o caso de Cabo Verde ou plurilingues” (cf., Ançã, 1999:60).

Subsiste uma problemática: considerando o quotidiano extra-escolar, verifica-se que na maioria dos contextos não formais, a língua de comunicação é a LM (Língua Cabo-Verdiana). Se isto acontece, significa que os contextos *reais* de utilização da língua oficial são *apenas* o da escola ou contextos formais de comunicação muito específicos (cf. Veiga, 2004: 99). Na verdade, é como se, *oficiosamente*¹¹, a Língua Portuguesa não gozasse do estatuto de língua de comunicação em todos os contextos.

A língua cabo-verdiana, por sua vez, é a língua materna, não só de toda a população residente no arquipélago mas também da maioria das comunidades emigrantes espalhadas pela Europa e pela América. Embora a língua oficial seja o português, em muitos contextos oficiais, a língua crioula é naturalmente preferida, mesmo pelos governantes (Pereira, 1996: 551).

Desde cedo (factor referido na subsecção anterior), o crioulo foi remetido para o espaço da casa, o do ambiente familiar, enquanto o português constituía língua de ensino e da vida pública, única língua de acesso à literatura. No entanto, esta divisão acabava por se tornar artificial pois, na prática, eram muito poucos os cabo-verdianos que tinham acesso à escola. Alguns, por outro lado, tentavam alterar o seu crioulo, de modo a torná-lo o mais parecido possível com o português que sabiam. Criaram-se, assim, as variedades do crioulo a que os próprios falantes chamavam, e chamam ainda, *fundas* – mais afastadas do Português, ou *leves* – mais próximas¹².

Com a independência de Cabo Verde, em 1975, houve uma mudança substancial na atitude relativamente ao crioulo. Este passou a ser considerado língua nacional prestigiada e prestigiante e passou a ser usado em todas as situações sociais, mesmo naquelas em que, por razões políticas, se esperava o uso da língua oficial. No entanto, a pesada herança do passado

¹¹ Itálico nosso.

¹² Citação retirada de *Diversidades linguísticas nas escolas portuguesas*: www.iltec.pt/min-edu no dia 26 de Janeiro de 2009 às 16 h e 38 mn.

ainda se fez sentir por muito tempo. O facto de o crioulo, apesar de ser a língua materna de todos os cabo-verdianos, não ter sido estudado, ensinado ou utilizado em contextos oficiais, atrasou a sua oficialização. Para que uma língua possa ser oficial é necessário que passe, previamente, por um processo de normalização e por um processo de instrumentalização¹³. Segundo Duarte (1998:127), o português e o crioulo não só representam o confronto entre a escrita e a oralidade, mas também, entre a elite e uma massa populacional engrossada por um grande número de analfabetos e semi-analfabetos.

Em suma, pode-se afirmar que o português, actualmente, disputa um espaço com a língua cabo-verdiana, que cresceu em importância no contexto singular de formação da sociedade cabo-verdiana. O cabo-verdiano é a única língua falada, *de facto*, por todos, tenham tido ou não o privilégio de frequentar a escola. É a língua materna e é ela que veicula o modo de ser, de viver e de agir do povo cabo-verdiano residente e na diáspora¹⁴. Só deixaríamos uma questão em aberto: *é de facto* falada por todos – mas será que é correctamente falada?

Nos pontos 1.3 e 1.3.1 começou-se por, no âmbito da Linguística Aplicada e da Didáctica da Língua, distinguir os diferentes estatutos que uma língua assume, sobretudo num contexto de línguas em contacto. Esta distinção serve para melhor se enquadrar teoricamente a *caracterização* daquela que é a língua segunda (L2) falada em Cabo Verde – o português. Sendo a língua oficial e escolar, portanto, veicular e objecto de ensino-aprendizagem, faz pressupor que é ensinada com o objectivo de ser *de facto correctamente* falada por todos (situação ideal), em vários contextos comunicativos.

Se se fizer uma comparação entre os contextos de utilização da Língua Materna relativamente à Língua Segunda, nota-se que a língua cabo-verdiana é “a língua reivindicada, que corresponde ao conjunto de atitudes e de representações de um sujeito ou grupo, face à língua como elemento de identidade” (cf. Ançã, 1999: 59).

Efectuando um paralelo com a língua portuguesa, isto é, caracterizando o português falado em Cabo Verde, no âmbito da Didáctica da Língua, a ausência de um contexto de imersão linguística poderá afectar os falantes na capacidade de otimizar a utilização da

¹³ - *Ibidem*

¹⁴ Cf. Cardoso: *Krioulo sta bibu y di bon saúdi. Só falta oficializar!* In <http://www.app.pt/resumos>, consultado no dia 23 de Fevereiro de 2009 as 16h e 03mn.

língua portuguesa (sobretudo no tocante ao conhecimento explícito da gramática da língua) em diferentes situações comunicativas (reais - no quotidiano/simuladas - em sala de aula).

Desta forma, identificar e contrastar os diferentes estatutos das línguas em contacto em Cabo Verde é um aspecto a considerar no que tange à caracterização do português falado em Cabo Verde, porque a identificação e o contraste dos contextos em que tais línguas são utilizadas pelos falantes permitem contextualizar a percepção de fenómenos linguísticos verificados no português falado em Cabo Verde – *diglossia* e *interferência*, aspectos a tratar nos pontos 1.4.1 e 1.5.2.

1.3.2- O ensino do português enquanto L2

A língua portuguesa em Cabo Verde foi, durante muito tempo, dominada por uma reduzida faixa da população. No entanto, devido à consagração constitucional do seu estatuto como língua oficial, conseguiu sobreviver e ser a língua da escola – veicular e objecto de ensino. Segundo Duarte (1977:6), o português não é a língua materna dos cabo-verdianos e, portanto, torna-se difícil ensiná-la como tal, existindo dois motivos que explicam esta dificuldade: primeiro, devido a um certo orgulho nacional dos cabo-verdianos, o português acaba por ser uma língua pouco utilizada nas relações que não possuem um carácter oficial. Consequentemente, as crianças que começam a estudar esta língua raramente a ouvem fora da escola (note-se a referência à ausência de um contexto de imersão linguística – conferir súmula dos pontos 1.3 e 1.3.1). Segundo, com a explosão escolar dos últimos anos, muitos das crianças, por serem oriundas de meios onde a língua portuguesa é pouco utilizada, vão usá-la pela primeira vez no contexto escolar (Duarte, *Ibidem*).

Apesar dessa situação, não se pode esquecer que, sendo a língua portuguesa a língua oficial do país, torna-se evidente que a sua aprendizagem não deverá ser feita como uma língua estrangeira, tal como o francês ou o inglês. Assim, Duarte (*Ibidem*) é da opinião que:

O ideal seria que as crianças comessem a aprender o português por volta dos três ou quatro anos, na idade de jardim-de-infância. Não sendo possível aprendê-lo nessa idade, que pelo menos ao entrarem para a escola primária conhecessem os rudimentos da língua oral.

(Duarte, 1977:6)

Costa (2006: 103) sustenta que não se deve aprender a língua portuguesa em Cabo Verde como se fosse uma LM, pois a sua aprendizagem como tal constitui dificuldades inerentes ao próprio indivíduo, reflectindo nas outras aprendizagens que, por sua vez, dependem da proficiência que o aluno apresenta em português.

O ensino em Cabo Verde encontra-se estruturado em básico, secundário e universitário, sendo os dois primeiros organizados em três fases cada, de dois anos respectivamente. Todas essas fases de ensino/aprendizagem são feitas em língua portuguesa, enquanto instrumento de comunicação formal e de ensino, desde a primeira classe. É aqui que a maior parte dos alunos contacta pela primeira vez com a língua oficial (cf. Pinto, 2001:101). Este contacto imediato, mas nem por isso contínuo, na medida em que os alunos utilizam essa língua apenas dentro da sala de aula, traz alguns custos para os mesmos que se confrontam com a difícil situação de terem de fazer a sua iniciação na leitura e na escrita numa língua que não dominam ou dominam muito deficientemente (Pereira, 2008:22).

A escola constitui para a criança cabo-verdiana a entrada num novo ambiente linguístico, marcada por uma certa descontinuidade face à sua experiência linguística anterior. É um processo complexo que envolve agentes diversos, tais como as características socioeconómicas e socioculturais do aprendente, o estatuto sociocultural das línguas, o currículo escolar, além da influência da língua materna, que tem sido sobrevalorizada na aquisição de uma segunda língua (Mateus, 2008: 389). Crê-se que a influência da língua materna, por sua vez, dado o lógico fenómeno de transferência, contribui para caracterizar a forma como se fala a língua segunda.

Em Cabo Verde a língua portuguesa na sala de aula, de um modo geral, tem um estatuto *transdisciplinar*¹⁵ enquanto meio de outras aprendizagens curriculares. Para além de ser estudada como uma língua segunda, a sua aprendizagem reflecte-se noutras aprendizagens escolares. É em português que se veicula todo o processo de ensino/aprendizagem das matérias curriculares (cf. Pereira, 2008:296).

Segundo Barros (S/d: 3), “uma das causas das dificuldades do ensino do português a alunos cuja língua materna é a língua cabo-verdiana reside no facto de se ensinar o português às crianças cabo-verdianas utilizando a mesma metodologia que se utiliza para falantes de português que tem esta língua como língua materna”. Seguindo o mesmo raciocínio, Brito (1991: 25) é de opinião que as dificuldades na aprendizagem desta língua devem-se ao facto de a língua portuguesa aparecer como a única língua de aprendizagem e de nunca se ter tido em conta a língua materna dos alunos. Isto implica a ocorrência de várias dificuldades na aquisição da mesma, sobretudo nos primeiros anos de aprendizagem, quando os alunos não têm ainda um conhecimento efectivo da língua portuguesa.

¹⁵ Itálico nosso.

Deste modo, é importante salientar que, para que haja uma aprendizagem mais profícua da língua portuguesa é necessário começar a procurar resolver os problemas das interferências da LM que se verificam no ensino da língua portuguesa, resultantes do contacto de línguas – entre a língua cabo-verdiana e o português. É necessário continuar a dar uma especial atenção à oralidade sem descurar da escrita, levando os alunos a chegar ao automatismo da língua (cf. Duarte: 1977:4).

Cruzando o que foi dito nos pontos 1.3, 1.3.1 e 1.3.2, pode concluir-se que a identificação e o contraste dos contextos em que a língua materna e a língua segunda são utilizadas pelos falantes permitem enquadrar a percepção de fenómenos linguísticos verificados no português falado em Cabo Verde – *diglossia* e *interferência*. Estes fenómenos, por sua vez, não podem ser descurados na caracterização do ensino do português enquanto L2. A forma como a língua é ensinada condiciona, subsequentemente, as dificuldades ou facilidades com que o falante a utilizará posteriormente. Desta forma, as estratégias de ensino do Português também ajudam a caracterizar a forma como o mesmo é falado em Cabo Verde. Se segundo Barros (S/d: 3) “uma das causas das dificuldades do ensino do português a alunos cuja língua materna é a língua cabo-verdiana reside no facto de se ensinar o português às crianças cabo-verdianas utilizando a mesma metodologia que se utiliza para falantes de português que tem esta língua como língua materna”, então a mesma dificuldade verificada no tocante ao ensino acaba por reflectir-se, a longo prazo, na *forma* como a língua é *de facto* falada.

É partindo de considerações teóricas sobre a Didáctica da Língua, no âmbito da caracterização do português falado em Cabo Verde, que se transita para os pontos seguintes: o resultado linguístico do contacto entre línguas, as noções de transferência e de interferência relacionáveis, finalmente, com os conceitos de variante e de variação. Verificar-se-á como é que se caracteriza este português falado no arquipélago enquanto L2 que, na acepção de Richards (1987:7) *apud* Leiria (1999), se r

efere à aprendizagem de qualquer língua depois da primeira independentemente do seu estatuto em relação a quem a aprende ou ao país em que essa língua está a ser aprendida.

1.4- O contacto de línguas

1.4.1- Bilinguismo e Diglossia: discriminação dos termos

A coexistência de duas línguas num determinado espaço geográfico deixa entrever dois fenómenos decorrentes do contacto de línguas, de acordo com o estatuto que é dado às mesmas: o de diglossia e o de bilinguismo (Neves, 2007: 42). Estes dois termos, de acordo com Dubois (1973) e Mounin (1974), são usados frequentemente como sinónimos.

O termo bilinguismo, segundo Sequeira (1986), é usado vulgarmente dentro de uma amplitude de gradação do fenómeno do entender e comunicar em duas línguas. Porém, Sequeira (1986: 410/411) define-o como “a capacidade escrita e oral de funcionar satisfatoriamente em dois sistemas linguísticos”. Para esta autora, o indivíduo bilingue possui uma matriz que representa aspectos fonológicos, morfológicos, sintácticos, lexicais e pragmáticos respeitantes a dois sistemas linguísticos. Dubois (1973:65) *apud* Neves (2007: 44), refere-se ao conceito de bilinguismo como sendo uma situação linguística na qual os falantes utilizam alternativamente duas línguas diferentes, de acordo com o contexto e a situação de comunicação em que as línguas são utilizadas.

Para Gallisson e Coste (1983: 94), o bilinguismo é “a situação que caracteriza as comunidades linguísticas e os indivíduos instalados em regiões, ou países em que são utilizados concorrentemente duas línguas”. Mateus e Xavier (1992: 64) reafirmam este contacto de duas línguas ao frisarem que o bilinguismo é a situação em que duas línguas coexistem na mesma comunidade ou em que um indivíduo apresenta competência gramatical e comunicativa em mais do que uma língua.

Devido à ambivalência deste termo, houve a necessidade de fazer a distinção entre bilinguismo social e bilinguismo individual, estando o primeiro relacionado com a noção de diglossia, e o segundo relacionado com aquilo que muitos linguistas definem como sendo bilinguismo (cf. Trask, 1997:29 *apud* Neves, 2007: 45). Este segundo conceito vai ao encontro do que já foi aqui exposto, i. e., remetendo para a situação em que um falante domina uma segunda língua para além da LM, não podendo afirmar-se necessariamente o mesmo sobre todos os outros falantes da sua comunidade linguística (Trask *apud* Neves, *Ibidem*).

Para além desta divisão, devido aos vários níveis de domínio da L2 por um mesmo falante o bilinguismo ainda pode ser subdividido em vários tipos: subordinado e coordenado ou independente em que ambas as línguas são adquiridas na mesma fase; composto ou

interdependente em que a segunda língua só é adquirida após uma primeira fase de socialização na primeira língua (Mateus, 1992:62-64 *apud* Neves, 2007: 46).

Marques (1995: 26) distingue o bilinguismo permeável do bilinguismo estanque, pressupondo este último a separação completa do funcionamento dos dois sistemas linguísticos, bem como o bilinguismo tardio do bilinguismo precoce, sendo a aprendizagem da L2, no caso do primeiro, feita após os quatro anos de idade, quando o sistema da LM já é conhecido no seu essencial.

Porém, se tivermos em conta a realidade africana, verifica-se que o mais importante é a questão do bilinguismo vertical ou horizontal. O bilinguismo horizontal é a capacidade de um indivíduo se expressar em duas línguas geneticamente parentes. Já o vertical, seria aquele em que um indivíduo se expressa em duas línguas geneticamente diferentes (cf. Xavier, *op. cit.*: 64). Assim, referente à questão do bilinguismo em África, Katupha (1986:417) define o bilinguismo em termos gerais como sendo “a capacidade de um indivíduo falar uma das línguas africanas e o português”.

A diglossia, por sua vez, pressupõe uma distinção das variedades linguísticas segundo as respectivas funções comunicativas e distingue-se, por isso, de bilinguismo, embora as primeiras definições encontradas, do ponto de vista cronológico, sejam, por vezes, pouco claras (Veith 2002: 196 *apud* Neves, 2007: 42). Do ponto de vista de Xavier e Mateus (1990: 128) em geral dá-se o nome de diglossia à situação de bilinguismo. Por vezes, este termo aplica-se à situação bilingue em que uma das duas línguas tem um estatuto socio-político inferior.

Este mesmo termo ainda vem sendo definido como uma situação que caracteriza os grupos de indivíduos ou as comunidades linguísticas que utilizam em concorrência dois falares ou duas variedades de uma mesma língua (Gallisson e Coste: 1983:203). Para estes autores, enquanto o bilinguismo provoca essencialmente interacção estrutural entre sistemas linguísticos diferentes, a diglossia põe principalmente em causa variações na pronúncia e no léxico. Pode definir-se também como a situação linguística em que duas ou mais línguas são utilizadas no mesmo terreno geográfico de modos diferentes e desempenhando papéis sociais diferentes, sendo uma utilizada para o ensino e a outra ao nível das interacções familiares. Fonseca (1998: 101/102), caracteriza a diglossia pela coexistência desigual entre duas línguas, permeadas por uma complexa relação de poder.

Em suma, a relação entre diglossia e bilinguismo foi originalmente estabelecida por Fishman *apud* Neves (2007: 44), para quem diglossia se estende ainda à utilização de línguas aparentadas. Verifica-se, desta forma, que os limites do termo diglossia não são claros no que

diz respeito às comunidades cuja língua nacional é uma língua crioula, podendo-se tratar assim quer de comunidades bilingues quer de comunidades na fase de pós-crioulo e/ou de quase diglossia, consoante a perspectiva adoptada. Ora, no caso de Cabo Verde, pode-se observar que a questão que se coloca em torno do contacto de línguas existente, se caracteriza mais como sendo de diglossia do que de bilinguismo e este será um dos aspectos abordados na subsecção 1.4.2.

1.4.2- Bilinguismo e Diglossia: o caso particular de Cabo Verde

Em Cabo Verde, a situação linguística é caracterizada pela presença da língua cabo-verdiana e da língua portuguesa. Ocupando espaços distintos e de complementaridade, estas coexistem pacificamente apesar de estatutos diferentes. A língua portuguesa passou a existir em Cabo Verde desde a época do povoamento das ilhas, i. e., desde 1462. Por sua vez, a língua cabo-verdiana nasceu praticamente desde a colonização do arquipélago, proveniente do encontro da língua portuguesa com línguas da costa da África Ocidental (cf. Veiga, 2004: 81).

O português é a língua oficial, de comunicação, utilizada em espaços linguísticos restritos, mais formais como no ensino, nos meios políticos, nos órgãos de comunicação social e para veicular a informação escrita (cf. Brito, 1991: 25). Fora destes espaços, generaliza-se o uso do crioulo, língua materna e instrumento de expressão da identidade cabo-verdiana. A língua cabo-verdiana é a língua nacional e desempenha uma função importante na vida cultural e política do país, uma vez que fundamenta a identidade cabo-verdiana. Por um lado, ela é específica de um território e de um povo, e por outro, é única e, por isso, unificadora (Brito Semedo, 1995: 5). Também, segundo Cardoso (2008:841) estas duas línguas são utilizadas em circunstâncias diferentes, embora ambas complementem as necessidades do universo linguístico cabo-verdiano, colmatando as necessidades comunicativas.

O crioulo tem desempenhado um papel preponderante sobretudo na comunicação oral, nomeadamente nas expressões culturais do património oral. Por sua vez, o português tem sido a língua privilegiada nas produções escritas de comunicação. A coexistência destas duas línguas gera o fenómeno contacto de línguas, na medida em que estas convivem no indivíduo, num grupo ou comunidade e na interacção linguística, aproximando-as de forma progressiva. A vida em Cabo Verde decorre praticamente em crioulo, por ser a língua materna, mas muitos têm de aprender a língua portuguesa porque sendo a língua oficial é também língua veicular e objecto de ensino-aprendizagem. Tal como em Portugal aprende-se em português, o que de

certa forma condiciona e origina diferentes graus do conhecimento dessa língua (cf. Pereira, 1999).

Perante a situação acima descrita, vários autores se têm debruçado sobre a situação linguística em Cabo Verde, caracterizando-a como uma situação mais de diglossia do que de bilinguismo, onde as duas línguas em contacto – o português e o cabo-verdiano – se influenciam mutuamente pelos fenómenos naturais que ocorrem, como é o caso dos empréstimos e das interferências linguísticas (Cardoso, 1999).

Veiga (2004: 99) afirma que à primeira vista, pode parecer que o que caracteriza a situação linguística em Cabo Verde é o bilinguismo. Porém, em Cabo Verde não existe um verdadeiro bilinguismo, pois este exige um domínio efectivo, por parte de comunidade, de dois sistemas linguísticos em presença e a existência de um estatuto oficial equiparado. Ora, em Cabo Verde, apesar de o português ser a língua oficial, é usado apenas em situações especiais de comunicação. O seu uso restringe-se a uma minoria da população, acontecendo somente em determinados níveis e em determinadas circunstâncias, mesmo junto da elite cultural e económica (cf. Veiga, *op. cit.*: 99).

Nesta mesma linha, Duarte (1999:279) é de opinião que a relação que se estabelece entre estas duas línguas, a cabo-verdiana e a portuguesa, não é de “bilingualidade”, mas de diglossia, uma vez que o bilinguismo que deverá constituir um meio de enriquecimento cultural para o povo cabo-verdiano, só se tornará real quando existir “uma relação existencial e comprometida entre as duas línguas” no seio da comunidade que as controla.

Ainda sobre esta questão, Heilmann (2008:815) *apud* Almada (2008) afirma que, no seio da sociedade cabo-verdiana, devido à multiplicação de situações de comunicação impessoal, verifica-se uma mudança cada vez mais célere da estrutura de diglossia que caracteriza o quadro linguístico de Cabo Verde, entre o crioulo e o português. Para o mesmo autor, em Cabo Verde, o problema da diglossia surge devido à inexistência de variedades diatópicas; quando muito pode falar-se de interferências do crioulo mais ou menos notáveis no português existente em Cabo Verde que o caracteriza geograficamente.

Assim, o bilinguismo que se pretende alcançar e que se encontra em fase de construção em Cabo Verde, substituindo gradualmente a diglossia, deve ser visto entre um equilíbrio dos ganhos do português e os do crioulo nas várias categorias das variedades existentes (cf. Heilmann, 2008: 818). A sociedade cabo-verdiana não pode ser considerada bilingue, porque nem todos os cabo-verdianos falam o português, embora o possam compreender (Lima: 1979:73).

1.5- As transferências linguísticas

De acordo com Odlin (1989) *apud* Brito (2007:46), o termo *transferência linguística* não é de fácil definição. Este termo tem sido utilizado de forma abrangente e de maneira diferente por estudiosos ao longo do tempo, podendo envolver manifestações linguísticas diversas, como a interferência.

A *transferência* é reconhecida como um fenómeno que não é totalmente compreendido e, que é provocado por múltiplos factores que interactuam entre si. Para Odlin, a *transferência* “é a influência que resulta das semelhanças e diferenças entre as línguas em estudo e qualquer outra língua que tenha sido adquirida anteriormente. Essa influência pode ocorrer em vários níveis, incluindo o fonológico, o lexical e o sintáctico.” Schutz (2006) *apud* Brito (*op cit.*: 47) define *transferência* como “o aproveitamento de habilidades linguísticas prévias no processo de assimilação de uma língua estrangeira. Este ocorre predominantemente entre línguas com alto grau de semelhança”.

Para Kellerman *apud* Carvalho (2004: 83), a transferência linguística é condicionada pelo aprendente, pois depende da sua capacidade de percepção, da natureza da LE, da distância dessa língua em relação à LM e das competências estruturais que ele tem nesta última.

Segundo Corder (1992) *apud* Assunção (s/d) há dois tipos de transferência: os empréstimos, que funcionam quando as línguas estão muito próximas; e as transferências estruturais, que fazem parte da aprendizagem de uma língua como parte da competência linguística. Sendo a transferência o resultado da influência de similaridades entre a língua alvo e qualquer outra língua que tenha sido previamente aprendida, Odlin (1989:27) *apud* Brito (*Ibidem*) reconhece que o conhecimento de uma única língua nativa é base típica para a transferência. Nesta linha, Wiese (1994:398/40) *apud* Carvalho (2004:929) é da opinião que existem cinco factores que promovem a transferência:

- 1- A “semelhança crítica” entre os elementos das línguas envolvidas;
- 2- A distância diminuta entre a L1 e a L2;
- 3- O estado de desenvolvimento do aprendente em L2;
- 4- A *markedness*¹⁶ do elemento de L2;
- 5- Inconsistência da L2.

¹⁶Cf. Carvalho (2004: 92)

Assim, para Wiese (*op. cit.*) a transferência surge como uma manifestação específica da generalização em processo de aquisição de L2. Ao contrário de estudos feitos anteriormente, este vê o processo da transferência como uma característica da aquisição de uma L2, que nada tem a ver com a aquisição da L1. Para ele, a transferência não é apenas mais uma estratégia de aquisição de uma L2, mas sim uma manifestação da generalização específica de uma aquisição da L2. Por isso, não envolve somente a transposição interlingual¹⁷, mas também a transposição de regras, ou unidades de línguas anteriormente adquiridas para a L2.

Carvalho (*op. cit.*: 88) é da opinião que a transferência adquire um estatuto de uma componente interlingual da generalização e subjaz às mesmas regularidades que universalmente são válidas para o conceito da generalização. Como a generalização em geral, a transferência contém a transposição de elementos para novos contextos, i. e., da LM para a L2. Andrade (1997) *apud* Carvalho (*Ibidem*) afirma que o processo de transferência é visto como a capacidade de relacionar a nova informação com esquemas e estruturas já existentes na memória do sujeito que sabe aprender, reconhecendo neste processo as categorias linguístico-comunicativa e aquisicional.

Relativamente às diferentes abordagens pelas quais a definição de *transferência* passou, tendo em conta os diferentes autores, tentar-se-á apresentar a respectiva revisão conceptual, a partir de uma abordagem diacrónica e evolutiva do conceito na subsecção seguinte.

1.5.1- Transferência: abordagem diacrónica do termo

O tema da *transferência linguística* é controverso. Este termo pode envolver manifestações linguísticas diversas, como a interferência (muitas vezes denominada transferência negativa) que a língua materna exerce sobre uma nova aprendizagem, ou o uso de estratégias usadas pelo aprendiz (cf. Odlin 1989 *apud* Brito, 2007:46). Inicialmente, associada à corrente comportamentalista, a transferência era explicada como consequência de formação de hábitos, assumindo uma conotação negativa. Ela estava relacionada com a influência que a língua materna exercia sobre o aprendizado da L2 em estudo, dificultando a

¹⁷ O termo *interlíngua* (IL) foi cunhado por Selinker para representar o facto de que o falante constrói um sistema linguístico, na aquisição da L2, que não é nem a L2 e nem a L1. Trata-se de um sistema de regras entre a L1 e a L2. Admitida essa premissa, a L1 passa a ter o papel de input interno activo (Ellis, 1997: 52).

sua aquisição (cf. Brito, *op. cit.*: 47). Nos anos 50, associada à hipótese contrastiva, a teorização sobre a transferência linguística demonstrava que o que se aprende e como se aprende depende, em última instância, da influência da L1 e que as dificuldades ou facilidades em aprender uma língua é consequência directa das diferenças e/ou semelhanças existentes entre as duas línguas (Alvarez, 2002).

Até aos anos 60, pensava-se que as dificuldades encontradas pelos aprendizes de uma L2 eram provenientes da sua L1, caso houvesse diferenças entre elas e a L1 interferisse na L2. Esse processo recebeu o nome de *transferência linguística* e inicialmente era estudada sob o ponto de vista behaviorista, segundo o qual se acreditava que os hábitos da L1 eram transferidos para a L2 (Alvarez, *op. cit.*). A transferência era considerada como resultado de factores externos ao aprendiz. No entanto, sob a influência de estudos na área da Psicologia e através da análise de erros, sobre o qual muitas das pesquisas referentes a aquisição de uma L2 foram desenvolvidas, a transferência passou a ser entendida como um dos factores que levaria os aprendizes a cometerem erros na língua em estudo (cf. Brito, 2007: 48).

A Hipótese de Análise Contrastiva via a primeira língua do aprendiz como a única fonte de dificuldade na aprendizagem da segunda língua. Essa ligação entre o fenómeno da transferência e a teoria de formação de hábitos levou a que a hipótese de análise contrastiva caísse em descrédito (Brito, *Idem*). Em 1988 Krashen adoptou e difundiu uma posição minimalista em relação à importância do fenómeno da transferência linguística, alegando que eventos que se assemelhavam à transferência eram na verdade uma recorrência à língua materna e que não auxiliavam em nada a aquisição da língua em estudo (Odlin, 1989:26/27 *apud* Brito, 2007:50).

Assim, para Krashen e Terrel (1984) *apud* Brito (2007:50) o fenómeno de transferência passaria a ocorrer quando os aprendizes são levados a falar a língua em estudo muito cedo, antes de terem tido tempo suficiente para desenvolver uma competência comunicativa nessa língua. Porém, esses autores também foram contestados por não terem em conta o facto de a língua materna dos aprendizes apresentar semelhanças no vocabulário ou outros aspectos com a língua em estudo, por acharem que a influência da língua materna se manifesta sempre de forma transparente ou ainda, pelo facto de considerarem a transferência como uma mera estratégia de produção, não reconhecendo que o aprendente a utiliza como facilitadora de actividades consideradas passivas como a compreensão oral e/ou escrita.

Durante a primeira metade do século XX, a perspectiva behaviorista dominou o estudo da aprendizagem. Apesar da concepção dominante desta teoria, algumas observações conduziram a um interesse renovado em teorias cognitivas de aprendizagem. Da visão de que

o comportamento envolve mais do que um estímulo desenvolveram-se, portanto, teorias cognitivas, envolvidas com a influência do pensamento e da lembrança de experiências que são eventos internos (Brito, *op. cit.*: 52). A transferência passou a ser vista como um mecanismo cognitivo que subjaz a aquisição de outra (s) língua (s).

Tendo em conta os esforços para se aprender uma língua, fez-se uso de uma variedade de fontes de conhecimento, incluindo a interação existente entre as sequências de desenvolvimento que são comuns na aprendizagem de várias línguas e a influência de outra (s) língua (s) conhecida (s) (Brito, *Ibidem*). Actualmente, este fenómeno é tratado de forma mais positiva, abordada numa perspectiva interaccional, deixando para trás as problemáticas relacionadas com a interferência e a análise do erro. Assim sendo, a transferência na aquisição de uma L2 passou a ser entendida como um processo cognitivo (Carvalho, 2004: 72).

Subsequentemente, Ellis (2000) *apud* Brito (2007: 46) afirma que os princípios naturais de aquisição, com os quais a transferência linguística interage, tanto podem retardar como acelerar o desenvolvimento da aprendizagem. Assim, por ser a transferência um fenómeno central e real, deve ser tida em conta no estudo do processo de aquisição de uma língua.

1.5.2- O conceito de interferência

A *interferência* é um conceito importado da Física e que foi transposto para a Didáctica. Este conceito é utilizado para descrever ocorrências de fenómenos derivados da influência de uma outra língua na língua que se está a aprender. Ao longo da história da investigação em Didáctica das Línguas, este conceito foi identificado com a transposição de estruturas ou palavras, de forma errada, para a língua a aprender (Luchtenberg, 1995:36; Spiropoulou 2002 *apud* Carvalho, 2004: 88/89).

Vários autores têm vindo a debruçar-se sobre o conceito de interferência, mostrando que na aprendizagem de línguas semelhantes, muitas vezes a consequente proximidade esconde armadilhas de natureza diversa que podem prejudicar a aprendizagem de uma nova língua. Assim, têm surgido várias definições do conceito.

Weinrich (1953:83) *apud* Teis (2007: 77), um dos precursores nos estudos sobre línguas em contacto, define a *interferência* como “aquelas situações de desvio das normas da língua que ocorre na fala, como resultado da familiaridade de um falante com mais de uma língua, i. e., como um resultado de línguas em contacto, que será referenciado como fenómeno da interferência”.

Esta definição foi criticada por alguns estudiosos na área, afirmando que Weinrich ao falar da interferência contempla-a somente a nível intralinguístico, o que não é suficiente, uma vez que se deve considerar também os aspectos interlinguísticos. Nesta linha, Borstel (1999:62) *apud* Teis (*Ibidem*) é de opinião que *as interferências* podem ocorrer inconscientemente através de factores emocionais e situacionais que podem influenciar todos os níveis do sistema de uma língua: morfológico, fonológico, sintáctico, lexical e semântico.”

Em Didáctica das Línguas fala-se de *interferência*, em relação às aprendizagens sucessivas de línguas diferentes como LM e LE ou primeira e segunda LE (cf. Frias, 1992; Spiropoulou, 2002 *apud* Carvalho, 2004:75). Neste domínio, pode-se definir a *interferência* como o conjunto de dificuldades encontradas pelo sujeito aprendiz e os erros por este cometidos, devido à influência da sua LM ou de uma outra LE estudada anteriormente (Carvalho, *Ibidem*).

Para Rossi¹⁸ as *interferências* são uma espécie de invasões parciais e momentâneas de uma língua na outra, devido à falta de vocabulário aprendido, levando a que o aprendiz insira na LE ou LS termos da sua língua materna. Por sua vez, Mello (1999:83) *apud* Teis (2007: 77) define a *interferência* como “um desvio que ocorre na língua que está sendo falada devido à influência de outra língua que foi desactivada”. Finalmente, Schutz (2006) vê a *interferência* como uma “ocorrência de formas de uma língua na outra, causando desvios perceptíveis no âmbito da pronúncia, do vocabulário, da estruturação de frases bem como nos planos idiomáticos e culturais.

Depois de apresentadas as diferentes definições que este conceito tem despertado nos linguistas actuais, a próxima subsecção debruçar-se-á sobre os tipos de interferências, nomeadamente as que mais se evidenciam no processo de aquisição de uma língua não materna e que permitirão uma posterior caracterização do português falado em Cabo Verde.

1.5.2.1- Tipos de interferências

No processo de aquisição de uma língua não materna, o falante numa fase não estabilizada do conhecimento das outras línguas, pode algumas vezes recorrer às estruturas da língua materna, criando algumas interferências da língua de origem na língua alvo (cf. Mateus

¹⁸ Cf. Rossi, Pierre. *A aprendizagem de uma língua estrangeira*. Disponível no site: <http://www.teiasportuguesa.com/lusografia/falsosamigos/html> consultado no dia 08 de Outubro de 2008 as 16h e 28mn.

et al., 2003:37). Thomanson e Kaufman (1998) *apud* Carvalho (2004, *op. cit.*) afirmam que estas interferências caracterizam-se sobretudo pelo empréstimo e contaminações que podem ser de ordem fonológica, lexical e semântica. Segundo Cardoso (2007: 13-16), as interferências podem ser definidas como sendo:

- (i) Interferências fonéticas: ocorrem quando há transferência ou substituição de um fonema da língua alvo por outro da língua de origem. Encontram-se em unidades e estruturas de entoação, ritmo e articulação;
- (ii) Interferências morfológicas: caracterizam-se sobretudo pela substituição da funcionalidade das categorias gramaticais por outras semelhantes da língua de origem ou pela substituição das próprias regras gramaticais. Os casos mais frequentes são: a flexão verbal, a falta de concordância em género e número e a falta de uso de artigos definidos;
- (iii) Interferências sintácticas: são sobretudo de ordem estrutural, aplicando a estrutura da língua de origem na estrutura da língua alvo. Ocorrem ainda em situações de falta de uso da proposição e do uso incorrecto dos pronomes pessoais;
- (iv) Interferências lexicais ou os também denominados “*falsos amigos*”: caracterizam-se pelo empréstimo de formas ou palavras da língua de origem que são introduzidas na língua alvo por falta de domínio, desconhecimento ou insegurança em relação à língua alvo;
- (v) Interferências semânticas: os mais comuns são as frases idiomáticas, os falsos amigos, ou seja, palavras que existem nas duas línguas, mas com significados diferentes, e as expressões cuja tradução das frases palavra a palavra conduz a uma perda do verdadeiro significado que tinha na língua de origem;

Tendo em conta o levantamento dos diferentes tipos de interferências, verifica-se que estas podem afectar os diferentes níveis de organização da língua, retardando ou contrariando a aquisição de um sistema fonológico novo, de esquemas melódicos ou de hábitos de acentuação (cf. Carvalho, 2004: 76). Assim, torna-se necessário reconhecer os tipos de interferências, pois estes permitem identificar e fazer a distinção dos processos de transposição de elementos linguísticos da LM para uma outra língua a aprender, nomeadamente no caso de Cabo Verde, e a posterior caracterização do português que se fala no país.

1.6- As variações linguísticas

A linguagem é sem dúvida a expressão mais característica de um comportamento social, sendo por isso, impossível separá-la das suas funções sócio-interacionais. Nenhuma língua natural é um sistema por si mesmo homogêneo e invariável. Portanto, sendo que a língua é um meio de expressão presente na sociedade, usada nos mais variados contextos da vida social, o seu uso intensivo gera uma tendência natural à diversidade, apresentando diversas variações internas, que podem ser mais ou menos profundas (cf. Mussalin, s/d: 56/57).

1.6.1- Conceitos de variação e variante linguísticas

Ao estudar qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou de variação. Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações (Tarrallo, 1986: 32/33). A variação linguística diz respeito aos padrões de comportamento linguístico identificados numa dada comunidade de falantes, resultados da acção de uma série de factores que intervêm na actividade linguística concreta. Ela ocorre toda a vez que duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa, num mesmo contexto, estão presentes com certa frequência e sistematicidade numa dada comunidade de falantes (Silva, 2006: 139). Ainda para o mesmo autor, para que haja variação é necessário que se verifique se as diferentes possibilidades de expressão estão correlacionadas com determinados contextos estruturais específicos ou com dadas situações de uso da língua, de modo sistemático e frequente.

A variação de uma língua é a forma pela qual ela difere de outras formas de linguagem sistemática e coerentemente. A variação linguística não é condicionada apenas pelo contexto linguístico. É também condicionada pela estrutura social da comunidade podendo variar de acordo com alguns factores tais como o tempo, o espaço, o nível cultural e a situação em que um indivíduo se manifesta verbalmente.¹⁹

Assim, para Zanerato (s/d: 3), a variação linguística é o fenómeno de uma língua sofrer alterações ao longo do tempo, do espaço geográfico, da estrutura social e da situação ou contexto de uso. Assim sendo, as variações linguísticas podem ser vistas como as diferentes manifestações e realizações da língua, ou seja, as diversas formas que a língua possui, decorrentes de factores de natureza histórica, regional, social ou situacional. Xavier e Mateus

¹⁹ C.f. Variantes linguísticas in <http://www.wikipédia.org/enciclopédia>, consultado no dia 10 de Dezembro de 2008 às 15h e 06mn.

(1990: 392) definem esse conceito como sendo o fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa outra época, num outro lugar e num outro grupo social.

Segundo Tarallo (*op. cit.*: 8) as formas linguísticas em variação observadas em todas as comunidades de falantes recebem o nome de “*variantes linguísticas*”. Se se tomar como ponto de partida o contexto social, i. e., as situações reais do uso da língua, verifica-se que as variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa num mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Monteiro (2000) *apud* Silva (2006: 139) defende esta mesma opinião quanto ao conceito de variantes linguísticas, acrescentando que estas podem ser designadas de variantes de prestígio, estigmatizadas, inovadoras e conservadoras. Por conseguinte, verifica-se que as variantes da língua contrastam entre si, mas como pertencentes a um núcleo comum os falantes entendem-se mesmo quando falam entre si, misturando variedades diferentes da língua (Monteiro, *Ibidem*). As variantes da língua apresentam diferentes factores de diferenciação das quais se constata factores de ordem geográfica, sócio-cultural e ainda o cada vez mais relevante contacto entre línguas (Peres e Móia, 1995: 34)

Uma nação apresenta diversos traços de identificação e um deles é a língua. Assim, a linguística actual revela que uma língua não é homogénea e deve ser entendida justamente pelo que caracteriza o homem que é a diversidade e a possibilidade de mudança. A variação linguística é uma situação real e abrangente, em que a simultaneidade da língua padronizada pela gramática normativa e a existência das diversas formas que o falante usa para a efectivação da comunicação divergem no campo da prática oral e escrita. Estas mudanças não operam somente no tempo, mas também se manifestam no espaço e nas camadas sociais.

Relativamente à língua portuguesa constata-se que como qualquer outra língua, ela manifesta variações que são evidenciadas tendo em conta a comparação feita entre falantes de países diversos onde o português é a língua nacional e/ou oficial, como é o caso de Cabo Verde, do Brasil ou falantes de diferentes regiões do mesmo país – Portugal (cf. Bicho, s/d). Como já foi referido anteriormente, o português apresenta-se em áreas mais ou menos extensas de variação imputável a factores de natureza diferentes. Se se verificar as diferentes nações onde o português é a língua oficial, Portugal (PE), Brasil (PB) e os países africanos de língua portuguesa, verificam-se diferenças fonológicas, lexicais e sintácticas muito evidentes.

Segundo Duarte (2000: 23) as variedades africanas do português que vão emergindo nos novos países de língua oficial portuguesa, apesar de ainda não serem suficientemente estudadas, parecem possuir propriedades distintivas quer do português europeu quer do

português brasileiro. Isto devido ao facto de se aferir que ao contrário do que se verifica em Portugal e no Brasil, a maioria da população não tem o português como língua materna mas sim como língua segunda.

Tendo em conta estas variações que se verificam na língua portuguesa, nomeadamente no caso de Cabo Verde, de seguida far-se-á um levantamento dos vários campos de estudo da variação linguística, incidindo especificamente na variação geográfica da língua.

1.6.2- A variação geográfica da língua

A variação linguística é inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis. Porém, as diferentes realizações de um sistema linguístico em nada condicionam as condições funcionais de uma língua (Cunha e Cintra, 1991:3). Ainda para estes autores, o facto de a língua estar fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas.

Segundo Ferreira (*et al.*, 1996: 480), existem vários níveis em que a variação se opera. Quando a variação está relacionada com factores geográficos, de diferentes usos da língua em regiões diferentes fala-se em variação diatópica. A variação relacionada com os factores sociais é a variação diastrática. Este tipo de variação é estudada pela sociolinguística, que procura estabelecer correlações entre variáveis sociais e fenómenos linguísticos (Ferreira *et al.*, *op. cit.*). Para a mesma autora, a variação que se encontra relacionada com os factores pragmáticos e discursivos e que implicam o conhecimento por parte do falante de um código socialmente estabelecido por cada situação denomina-se de variação diafásica.

Assim, nesta linha de ideias, Bicho (*op. cit.*) afirma que relativamente à variação linguística pode-se considerar cinco campos de estudo:

Variação diacrónica ou Histórica – (do Grego Dia + Kronos = ao longo de, através de + Tempo), refere-se as diversas manifestações da língua através dos tempos.

Variação Sincrónica – (do grego SY'N = simultaneidade), corresponde as variações num mesmo período de tempo. Pode ser identificada ao se comparar duas línguas.

Variação Diastrática – (do Grego Stratos = camada, nível), é o modo de falar que corresponde a códigos de comportamento de determinados grupos sociais

Variação Diafásica – Também derivada do Grego *Phasis* = fala, discurso. Esta variação está relacionada com as diferentes situações de comunicação, com factores de natureza pragmática e discursiva.

Variação diatópica ou Geográfica – (do Grego *Topos* = Lugar), refere-se às diferenças no espaço geográfico. Estas diferenças devem-se às particularidades que a língua vai adquirindo conforme se vai espalhando no espaço. Os diferentes falares locais de uma língua, as variantes regionais e intercontinentais são variações diatópicas que a língua pode apresentar. Essas diferenças podem ser ao nível do vocabulário, da pronúncia e da construção sintáctica. Os diferentes usos de uma língua em diferentes regiões denominam-se dialectos e a variação linguística associada a factores regionais denomina-se de variação dialectal, geolinguística ou diatópica (Duarte, 2000: 22).

Porque a língua se encontra em permanente processo de mudança, constata-se que a existência de variantes e de variedades de um dado sistema linguístico constitui uma mais-valia para a própria língua. Esse aspecto enriquecedor torna-se mais evidente no léxico, mas está, também, patente nos diversos módulos da gramática. Assim, pode-se concluir que a diversidade no interior de uma língua é uma realidade a preservar e a defender, na medida em que constitui um factor característico da própria história da língua, nos locais onde é utilizada (cf. Mateus *et al.*, 2003: 34).

Relativamente ao caso de Cabo Verde, verifica-se que a língua portuguesa no país tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, da estrutura social e da situação ou contexto de uso. Outro aspecto constatado é o de que por a língua portuguesa se ter desenvolvido num espaço linguístico fora do seu continente de origem, revela variação referente ao espaço geográfico do qual faz parte. Assim, as diferenças referentes ao vocabulário, à pronúncia e às construções sintácticas, particularidades que a língua vai adquirindo conforme se espalha no espaço linguístico cabo-verdiano, permitem uma subsequente *caracterização do português falado em Cabo Verde* tendo em conta a noção de variante geográfica da língua analisada nesta subsecção.

A componente teórica do presente trabalho iniciou-se com a contextualização da língua portuguesa em Cabo Verde, seguida de uma visão panorâmica da língua cabo-verdiana, elementos essenciais para um cumprimento gradual do objectivo geral da presente monografia: o de caracterizar a língua portuguesa actualmente falada no arquipélago.

Verificou-se que o contacto motivado historicamente entre as línguas permitiu a continuidade desse contacto em termos linguísticos. Como afirma Delgado (2008: 201), foi desse contacto historicamente motivado que nasceu o crioulo cabo-verdiano. Ao longo de cinco séculos, ambas as línguas foram caminhando gradualmente para um espaço de partilha, o que justifica a expressão «línguas em contacto».

A situação de línguas em contacto conduziu à necessidade de se compreenderem quais os estatutos correspondentes a cada uma – daí o enquadramento, no âmbito da Linguística Aplicada e da Didáctica da Língua, dos referidos estatutos. Verificou-se que a língua cabo-verdiana, enquanto LM (Língua Materna) é a língua de identidade nacional, enquanto a língua portuguesa (L2) é a língua veicular e objecto de ensino-aprendizagem. No entanto, também se verificou que este contacto entre duas línguas com estatutos diferentes leva a que, *latu sensu*, tanto em situações formais de ensino como em variados contextos de comunicação, uma interfira na outra. Daí a referência obrigatória aos conceitos de *bilinguismo* e de *diglossia*, conceitos estes que permitiram verificar (1) – o grau de contacto entre as línguas; (2) – a situação linguística real vivida em Cabo Verde que, por sua vez, permite caracterizar o português falado *de facto*.

Outra referência obrigatória para se caracterizar o português que se fala no arquipélago é a que se relaciona com o conceito de *transferência*, aspecto de fundamental relevância para se caracterizar a forma como a língua materna se «imiscui» na língua segunda, em particular num contexto de ensino-aprendizagem desta. O termo transferência pode envolver manifestações linguísticas diversas, como a interferência (muitas vezes denominada transferência negativa) que a língua materna exerce sobre uma nova aprendizagem, ou o uso de estratégias usadas pelo aprendiz (cf. Odlin 1989 *apud* Brito, 2007:46). É este fenómeno que também caracteriza o português falado em Cabo Verde.

A interferência, por sua vez, se tida como “o conjunto de dificuldades encontradas pelo sujeito aprendente e os erros por este cometidos, devido à influência da sua LM ou de uma outra LE estudada anteriormente” (Carvalho, 2004), explica os erros que os falantes cometem em português, derivados estes, por sua vez, do contacto estreito que os falantes mantêm com a sua língua materna, a língua cabo-verdiana. Foi por este motivo que, no ponto 1.3.2, se fez referência às especificidades realçadas por alguns autores (Duarte 1977, Barros s/d e Brito 1991) sobre o ensino do português enquanto L2.

Pode ainda afirmar-se que é a forma como uma língua contacta com outra, mediada pelos fenómenos linguísticos de transferência e de interferência, que permite que uma mesma língua apresente *variações* e *variantes linguísticas*. Estas ocorrências também concorrem para

o desenvolvimento da variação geográfica da língua – o português que se fala em Cabo Verde torna-se no *português de Cabo Verde*.

1.7- Conclusões

Por tudo o que ficou aqui exposto, pode afirmar-se que a caracterização da língua portuguesa falada em Cabo Verde inclui diversos factores relacionados com a sua história no país, do estatuto que ela aufere, da falta de contexto de imersão e da forma como é ensinada. A língua portuguesa falada em Cabo Verde, como já foi anteriormente referido, apesar de se basear no Português europeu não apresenta as mesmas características.

Devido à situação de contacto de línguas existente neste território, o português ganhou uma certa especificidade, resultante das interferências que a LM exerce sobre a L2. Em Cabo Verde a língua portuguesa é a L2, utilizada apenas em contextos formais e de ensino a par da língua cabo-verdiana (LM) usada em quase todas as outras situações de comunicação. Assim, os falantes acabam por estabelecer um contacto muito restrito com a língua portuguesa, por se identificarem mais, sob o ponto de vista cultural, afectivo e identitário com a LCV (língua cabo-verdiana). Esta permanente falta de contacto com a L2, motivada pela referida ausência de um contexto de imersão linguística, contribui para desencadear os referidos fenómenos de interferência linguística (cf. Carvalho, 2004).

Outro aspecto que caracteriza a L2 falada em Cabo Verde reside no facto de ser uma língua com a qual o falante não se familiariza, porque não a fala em contexto de imersão. Os cabo-verdianos, muitas vezes, só têm o primeiro contacto com a língua portuguesa quando entram na escola e, nesta altura, já possuem em termos de aquisição linguística um conjunto de conhecimentos e experiências anteriores que não devem ser subestimadas (cf. Duarte, *op. cit.*).

Por sua vez, a forma como a L2 é ensinada também contribui para desencadear o fenómeno de interferência pois os alunos ao sentirem dificuldades de aprendizagem, acabam por se refugiar cada vez mais na LM. As aprendizagens efectuadas na L2, incluindo um acréscimo de novas informações, de todo um conjunto de conhecimentos (fonéticos, fonológicos, sintácticos, semânticos e lexical), por não serem familiares ao falante, entram por vezes em choque com os conhecimentos anteriormente adquiridos, constituindo assim um

entreve à aprendizagem do português²⁰. Isto é notório no caso de Cabo Verde porque o falante sente a necessidade de recorrer frequentemente à LM para analisar os dados da nova língua, resultando portanto, num conjunto de interferências.

Assim, tendo em conta toda a fundamentação levantada ao longo deste capítulo, pretende-se fazer uma análise fonético-fonológica, morfo-sintáctica, semântica e lexical do português falado em Cabo Verde, incidindo sobre entrevistas feitas a falantes cabo-verdianos em contextos reais de uso da língua portuguesa. Esta análise servirá para uma posterior reflexão sobre o facto de se considerar o português falado no país como sendo ou não uma variante geográfica do português variante europeu. Este será o assunto abordado no capítulo II e, justificado com base nos pressupostos teóricos anteriormente referidos.

²⁰ Cf. Oliveira, Ana Luísa Nunes. *Representações da aprendizagem do português L2 – o caso de duas alunas guinienses de 10º ano*. Disponível no Site: <http://www.sfs.uni-tuebingen.de/linguidtlist.or7pubs/diss/browse> . Consultado no dia 21 de Maio de 2009 às 10 horas e 23mn.

CAPÍTULO II

O português falado em Cabo Verde: análise de dados

2.0- Nota prévia

O português falado em Cabo Verde pode ser visto como uma variante do português norma europeia, que se diferencia do Português Europeu (PE), tanto do ponto de vista fonético-fonológico, como do lexical, sintático e semântico. É o português que se fala em Cabo Verde, por pessoas instruídas, porém com algumas interferências da língua cabo-verdiana, explicada, entre outras áreas, no campo fonético-fonológico, razão pela qual esse português falado é facilmente detectado através da pronúncia do falante (Delgado, 2008: 99).

Neste capítulo, pretende-se mostrar as características verificadas no português falado em Cabo Verde, incidindo sobre os aspectos linguísticos abordados no capítulo anterior a partir da análise de produções orais de alguns falantes desta língua, permitindo portanto, a sua posterior caracterização tendo em conta as noções de variação e variantes linguísticas.

2.1- Aspectos morfo-sintáticos e semânticos do português falado em Cabo Verde

A Morfologia é uma disciplina da Linguística que descreve e analisa a estrutura interna das palavras e os seus mecanismos de formação (Xavier e Mateus, 1992: 253). Ela subdivide-se em morfologia flexional ou flexão, morfologia derivacional ou derivação e composição (Campos *et al.*, 2002: 54).

A morfologia flexional estuda as relações entre as diferentes formas de uma mesma palavra, i.e., as suas flexões. Assim, a flexão é vista como a variação de uma palavra, que permite exprimir as categorias gramaticais. Da flexão, fazem parte a flexão nominal e a flexão verbal (Campos *et al.*, *Ibidem*). A flexão nominal incide sobre o género e o número dos nomes, adjectivos e pronomes e a flexão verbal, por seu turno, ocupa-se do modo, tempo, aspecto, pessoa e número das formas verbais (cf. Mateus, 2003:919).

As palavras podem ser analisadas morfologicamente através de um conjunto de instrumentos que permitem a sua segmentação e hierarquização, i.e., a partir dos constituintes morfológicos. Uma dessas categorias morfológicas de formação de palavras, que se caracteriza pela obrigatoriedade e sistematicidade, é a flexão (Mateus, *op. cit.*).

A Sintaxe é uma área da Linguística que estuda as regras, as condições e os princípios subjacentes à organização estrutural dos constituintes das frases (Xavier e Mateus, 1992: 356).

De acordo com Duarte (2000: 139), os constituintes de uma combinação de palavras mantêm entre si determinadas relações gramaticais, ou seja, desempenham certas funções sintáticas na frase a que pertencem. Estas, por seu turno, têm um papel determinante na interpretação semântica das frases e no advento de processos de concordância.

A semântica, por sua vez, é a disciplina que estuda o significado das palavras e das frases tal como são estruturadas na língua. É um termo utilizado de várias formas e em diversos campos de estudos (cf. Xavier e Mateus, 1992: 341).

2.1.1- Interferências morfo-sintáticas

Conforme os pressupostos desenvolvidos no Capítulo I, as interferências morfológicas verificam-se quando ocorre a substituição das próprias regras gramaticais. Em relação ao uso da língua portuguesa em Cabo Verde, detectamos alguns problemas que vamos aqui exemplificar e comentar à luz das teorias abordadas no Capítulo precedente. Vejam-se alguns exemplos:

Exemplo I: Flexão verbal

(1) - “[...] Os meninos da nossa escola normalmente *oiçam*²¹ a língua portuguesa [...]” (informante PEB (5))

PE: (português europeu): [...] Os meninos da nossa escola normalmente *ouvem* a língua portuguesa [...].

(2) – “Os meus alunos *leiam* pouco.” (informante PEB (2))

PE: Os meus alunos lêem pouco.

(3) – “O filme que *vemos* na aula passada.” (AUCV (4))

PE: O filme que *vimos* na aula passada.

Nas frases apresentadas em (1), (2) e (3) registam-se problemas na selecção do modo e tempo verbais por parte dos falantes. Em (1) e (2), o informante substitui o modo indicativo pelo conjuntivo. Tais usos resultam da interferência da LM. Na LCV, muitas vezes, não há esta distinção entre os modos e tempos verbais, visto que não existe a flexão verbal e o sistema verbal do cabo-verdiano, diferentemente do português europeu, é baseado sobretudo

²¹ O itálico, neste e nos demais exemplos, é nosso.

no aspecto e não no tempo ou modo (cf. Pina, 2006: 41). Em (3), houve o emprego do presente pelo pretérito. Ou seja, a *aula em que o filme foi visto* já tinha terminado portanto estava a exprimir uma acção completamente realizada.

Nota-se que o informante, em qualquer dos exemplos supra referenciados, se referia a um caso concreto e real dos seus alunos e não tinha quaisquer dúvidas ao fazer tal afirmação. A escolha das referidas formas verbais justifica-se pelo facto de o falante cabo-verdiano, por se “refugiar” constantemente na sua LM, transpor para a língua portuguesa aspectos da LM. Isso leva a que se constatem frequentemente interferências da LM na língua alvo, pois a dificuldade no emprego deste modo verbal é devido ao facto de o mesmo não existir na LCV (cf. Neves, 2004: 117).

Exemplo II: Falta de concordância em número

(1)- “[...] momentos *muito reduzido*. (informante UCV (3))”

PE: “[...] momentos *muito reduzidos*.”

(2)- “A classe *desprestigiadas* eram [...]” (Informante AL 11º ano)

PE: “As *classes desprestigiadas* eram [...]”

(3)- “Inicialmente, *as população* da ilha *estava* [...]” (Informante DAS)

PE: “Inicialmente, *a população* da ilha *estava* [...]”

Exemplo III: falta de concordância em género

(1)- “[...] *as filhas* nem sequer foram *registados* [...]”. (informante DFD)

PE: “[...] *as filhas* nem sequer foram *registadas* [...]”

(2) - “O debate foi *boa*.” (exemplo fornecido pela informante AUCV (2), referente à uma produção oral feita pela mesma)

PE: “O debate foi *bom*.”

(3)-“Viviam *um situação* um pouco estranha.” (informante AUCV (5))

PE: “Viviam *uma situação* um pouco estranha.”

(4)- “[...] Vou apresentar-vos *um breve síntese* dos aspectos criticados pelo meu colega deputado[...].” (Informante DAS)

PE: “[...] Vou apresentar-vos *uma breve síntese* dos aspectos criticados pelo meu colega deputado [...].”

(5)- “Analisamos *o imagem* do filme [...]” (informante AL 11º ano)

PE: “Analisamos *a imagem* do filme [...].”

Nos exemplos II e III, é notória a falta de concordância entre os elementos constitutivos das frases. Constatou-se que, muitas vezes, os falantes têm algumas dificuldades nos processos de concordância. A falta de concordância é um fenómeno morfológico que mais causa interferência da LCV na língua portuguesa falada pelos cabo-verdianos. Este fenómeno ocorre, geralmente, porque a língua cabo-verdiana não contempla a concordância de pessoa e número gramaticais e o emprego do género feminino é praticamente inexistente.

É conveniente salientar que o falante cabo-verdiano, quando sente dificuldades em falar correctamente a L2, recorre à sua LM e esta, por não seguir as normas estabelecidas nos processos de concordância explícitos na língua portuguesa, acaba por gerar as interferências morfológicas que se evidenciam nos exemplos apresentados.

Relativamente às *interferências sintácticas*, verifica-se que no uso da língua portuguesa em Cabo Verde ocorre, muitas vezes, a ausência de colocação dos pronomes sobretudo em frases topicalizadas. Vejam-se alguns exemplos:

(1)- “[...] A língua oficial, *diz* que é o português [...]”(Informante UCV (3))

PE: A língua oficial, *diz-se* que é o português.

(2)- “Antes *de esquecer*, quero vos dizer que [...]”. (Informante (AUCV (3))

PE: Antes *que (eu) me esqueça*, quero vos dizer que [...]

(3)- “Ela está a *referir* somente ao trabalho das FAIMO, não está a referir a outros trabalhos.” (Informante DAS)

PE: Ela está a *referir-se* somente ao trabalho das FAIMO, *não se está a referir* a outros trabalhos.

Da análise dos dados efectuados, notou-se que outra dificuldade com que o falante cabo-verdiano se defronta ao usar a língua portuguesa é a da colocação dos pronomes sobretudo em frases topicalizadas, uma construção muito frequente no cabo-verdiano. Relativamente aos exemplos apresentados, verifica-se que não houve a colocação do pronome antes do verbo. Este caso sugere de um modo claro a interferência da LM na L2, na medida em que, na LCV, não existe este tipo de conjugação pronominal. Os pronomes realizam-se geralmente depois do verbo, contrariamente ao português europeu que contempla todos estes casos.

No exemplo (1), houve a omissão do pronome reflexo (se). Inversamente ao PE, este pronome não faz parte da lista dos pronomes da LCV (cf. Neves, *op. cit.*). Assim, devido à interferência da LM na LP, há essa dificuldade por parte dos falantes cabo-verdianos no emprego das conjugações pronominais na produção oral em língua portuguesa.

Outro aspecto observado é o da utilização abusiva de construções gerundivas. Na língua Cabo-Verdiana (LCV), apresentam-se muitas vezes construções de frases com emprego do gerúndio, ao passo que em PE se apresentam construções frásicas não finitas. Convém lembrar que o gerúndio é mais comum no Português brasileiro (PB), pois no PE esse emprego faz-se com alguma restrição.

Vejam-se, entre outros, alguns exemplos levantados a partir dos seguintes enunciados produzidos pelos informantes:

(1) - “[...] Os cidadãos de, uma forma geral, *estão levando* a informação as nossas mulheres”.
(informante DP (1))

PE: “[...] Os cidadãos, de uma forma geral, *estão a levar* a informação as nossas mulheres”.

(2) – “Mas é preciso reconhecermos o trabalho que também *vêm fazendo, denunciando*, de forma corajosa, muitas das situações [...]” (DS (6))

PE: “Mas é preciso reconhecermos o trabalho que também *estão a fazer*, denunciando, de forma corajosa, muitas situações [...]”.

Nota-se que nas frases, (1), (2) há uma tendência por parte do falante cabo-verdiano em utilizar a forma gerundiva em vez do uso da forma não finita do verbo, como geralmente acontece no português europeu.

É conveniente salientar que os enunciados analisados constituem a continuação de uma sequência frásica anterior, ou seja, são exemplos de frases fragmentadas. Não obstante isso, pode verificar-se neles uma característica muito comum no português falado em Cabo Verde: são construções frequentes que ocorrem na produção oral dos falantes cabo-verdianos, talvez devido à influência do português brasileiro, derivada do contacto com essa língua através de programas televisivos.

2.1.2- Interferências semânticas

As interferências semânticas são muito comuns, na medida em que existem muitas palavras que ocorrem, simultaneamente, no léxico português e no acervo lexical cabo-verdiano. As mais comuns são os falsos amigos, ou seja, palavras que existem nas duas línguas, mas com significados diferentes. Esta interferência é também observada nas expressões cuja tradução das frases palavra a palavra conduza à perda do verdadeiro significado que tinha na língua de origem (Cardoso, 2007: 11). O falante cabo-verdiano, pela proximidade lexical entre as duas línguas – portuguesa e cabo-verdiana - opta por utilizar certas palavras tendo em conta o significado que possuem na sua LM, resultando em interferência da LM na L2, através da transferência de expressões de uma língua para a outra.

Nas entrevistas realizadas, faz-se notar alguns casos de interferência semântica, demonstrada no exemplo que se segue:

(a) “[...] há momentos de *gozo* na sala devido à má pronúncia [...]” (informante UCV (3))

Todavia, existem autores que falam em desvio por analogia em vez de interferência semântica. Os desvios por analogia não constituem rupturas com o subsistema ou variante de que é suposto fazerem parte. Isto é, ao utilizar o processo de analogia, não há propriamente uma criação na língua mas sim, uma extensão de algo já existente. O desvio linguístico é normalmente fruto da falta de familiaridade ou de um distanciamento em relação à língua a aprender, neste caso a L2.²²

Ao fazer a análise da frase (a), verificou-se que o emprego da palavra *gozo*, neste contexto situacional, era para se referir ao facto de os alunos *troçarem* da pronúncia errada

²² Cf. o site: <http://dgjdc.min-edu.pt/GramaTIC/variaac6v.htm>, consultado no dia 11 de Junho de 2009 às 9h e 55mn.

dos colegas. Tanto pode ser considerado como um exemplo de interferência semântica como um desvio por analogia, conforme as diferentes posições linguísticas.

Se for considerada interferência, parte-se do pressuposto que houve uma perda do verdadeiro significado da palavra pois, na língua cabo-verdiana só se usa a palavra *gozo* como sinónimo de *troça*. No PE, a palavra *gozo* segundo o dicionário *Lello Escolar* é sinónimo de *prazer*, *posse*, *fruição*, embora em alguns contextos específicos possa significar *troça*.

2.1.3- Interferências lexicais

O léxico, do ponto de vista da gramática generativa, designa a componente da gramática que contém a especificação dos itens idiossincráticos e os seus traços sintáticos, incluindo os traços categoriais e os contextuais (cf. Xavier e Mateus, 1992: 225). Relativamente às entrevistas feitas, fez-se notar em alguns episódios narrados pelos informantes algumas interferências lexicais, mais concretamente a importação ou empréstimo de termos do cabo-verdiano para o português. Estas podem ser exemplificadas a partir das seguintes frases:

(1) - “Não me *penxa*”. (português falado por um aluno do ensino secundário)

PE: Não me *empurras*.

LCV: Ka bu *pintxa-m*.

(2) - “Professora, estava a brincar e a colega me *pinxou*.” (produção oral de uma aluna do EBI fornecida pela informante PEB (1))

PE: Professora, estava a brincar e a colega *empurrou-me*.

(3) - “Não *mestu* saber.” (frase proferida por um aluno do liceu, fornecida pela informante AUCV (1))

PE: Não *preciso* saber.

(4)- “Professora, o Paulo está a *cobar-me*.” (produção oral de uma aluna do EBI, fornecida pela informante PEB (2))

PE: Professora o Paulo está a *insultar-me*.

Nas frases apresentadas, pode constatar-se que houve transferência de uma palavra da LM para a língua portuguesa. Os alunos por ainda não possuírem uma aquisição completa da

segunda língua, integram por empréstimo palavras da LM na L2. Assim, pode verificar-se que apesar de estas palavras expressarem aquilo que o falante pretendia dizer em português, não fazem parte do léxico português, mas sim do CV, resultando nas interferências lexicais que ocorrem em línguas próximas, quando o aprendente ainda não domina a L2. Estas interferências são uma espécie de invasão de uma língua na outra, devido à falta de uso do vocabulário aprendido e do facto de o falante ainda não conseguir separar a fronteira entre duas línguas, por estarem contextualmente próximas.

2.2- Aspectos fonético-fonológicos que caracterizam o português falado em Cabo Verde

O uso da língua exerce-se em situações sociais concretas e é, por isso, socialmente condicionado. Um dos aspectos que condicionam tanto o conteúdo como a forma dos enunciados, quanto à interpretação atribuída aos mesmos, é o tipo de situação em que os falantes se empenham na actividade verbal (Duarte, 2000: 350).

Para Duarte (*op. cit.*: 356), ao fazer-se uso da língua, desempenha-se diferentes papéis: locutor, destinatário, ouvinte. O que se diz e o modo como se faz é condicionado por factores não linguísticos, tais como a situação, a relação social entre os participantes e o grau de proximidade vs distância entre eles. São esses factores que determinam a escolha de diferentes estilos ou registos, com características específicas a nível fonológico e prosódico, lexical, morfológico e sintáctico.

O conhecimento da língua é regulado por regras ao passo que o seu uso é guiado por princípios (Duarte, *Ibidem*). Assim, vale salientar que a utilização da linguagem verbal entre os indivíduos é efectuada na produção de enunciados de fala que é estudada pelas disciplinas da Fonética e da Fonologia.

A Fonética é a disciplina científica que se ocupa dos sons da fala e do modo como estes são produzidos e percebidos. Nesta subsecção, pretende-se explicitar os principais aspectos da pronúncia da língua portuguesa em Cabo Verde, pondo o enfoque na pronúncia das vogais e das consoantes pelos falantes. Debruçar-se-á também sobre os aspectos fonológicos, morfo-sintácticos e semânticos que caracterizam a língua portuguesa em Cabo Verde.

Sendo a fala a manifestação sensível da linguagem por excelência, ela manifesta-se sem que os falantes ou os ouvintes estejam conscientes dos complexos mecanismos que estão subjacentes às actividades de ouvir e falar. Deste modo, torna-se necessário o estudo da Fonética, permitindo assim uma auto-análise da pronúncia de determinados sons (cf. Mateus

et al.: 1990: 21- 45). Xavier e Mateus (1992: 169) definem a fonética como sendo “ ciência que estuda as características físicas, articulatórias e perceptivas da produção e percepção dos sons da fala, e fornecem métodos para a sua descrição e classificação”. E encontra-se dividida em três grandes ramos:

- (i) Fonética acústica: ocupa das propriedades físicas dos sons da fala, do seu funcionamento enquanto gerador de sons, e das principais correspondências entre traços acústicos e elementos dos sistemas fonológicos das línguas.
- (ii) Fonética articulatória: estuda o modo como os sons da fala são produzidos (articulados) pelos órgãos do aparelho fonador.²³
- (iii) Fonética auditiva: estuda a resposta de percepção aos sons da fala, sendo intervenientes nessa percepção o ouvido, o nervo auditivo e o cérebro (cf. Xavier e Mateus: 1992: 169/170).

A fonologia por sua vez é vista como sendo o ramo da Linguística que se ocupa dos sistemas sonoros das línguas. Ocupa-se das variedades de sons que o aparelho vocal humano produz e que é estudado pela fonética, e só é usado em cada língua a partir de um número reduzido de traços distintivos (cf. Xavier e Mateus: *op. cit.*: 171). Assim, o estudo da fonologia permite que a “determinação dos diferentes elementos fonológicos de uma língua permite a comparação entre palavras que, ao diferirem apenas num som, diferem também no significado, remetendo para os diferentes elementos fonológicos, também denominados de *unidades distintivas*”. Estas, por distinguirem significados são representadas por pares de palavras denominadas de *pares distintivos*.

Segundo Duarte (2000: 214), a fonologia explicita o conhecimento fonológico através de princípios gerais que definem as condições sobre a interpretação fonética das palavras e as suas combinações. A fonologia trata dois tipos de informação gramatical:

- a. Informação relativa aos sons ou segmentos com função na língua (Fonologia Segmental);
- b. Informação relativa a aspectos da fala que interagem com os sons numa sequência fónica, tais como o acento, a sílaba, a entoação, as pausas e o ritmo (Fonologia Suprasegmental ou Prosódia);

²³ Dá-se o nome de aparelho fonador ao conjunto de órgãos responsáveis pela formação dos fonemas. O aparelho fonador é constituído pelas seguintes partes: os pulmões, os brônquios e a traqueia - estes são os órgãos respiratórios que fornecem a corrente de ar, matéria-prima da fonação (cf. Duarte, 2000:221).

Nesta linha de pensamento, Duarte (*op. cit.*: 232) acrescenta ainda que o inventário fonológico de uma língua é o conjunto de representações abstracto dos sons com função gramatical nesse sistema linguístico. São os fonemas. A apreensão dos fonemas de uma língua é feita pelo processo de comutação em pares mínimos, segundo o qual se determinam o formato dos fonemas e as suas possíveis realizações fonéticas.

Existem segmentos ou grupos de segmentos, ou melhor, as classes naturais que sofrem ou provocam sistematicamente mutações em determinados contextos de uso da língua. São processos fonológicos (cf. Duarte, *op. cit.*). Estes remetem para a materialidade física dos sons subjacentes às categorias linguísticas dos restantes níveis da gramática. Esses sons são divididos em duas grandes classes: a das vogais e a das consoantes (Mateus, 2003: 990). Para a determinação das vogais e consoantes, utilizam-se os *pares mínimos* de palavras. Os fonemas que constituem os pares mínimos têm significados diferentes e distinguem-se num som, o qual corresponde a um segmento fonológico da língua (cf. Mateus, *Ibidem*).

Nesta subsecção, baseando-nos no português europeu, pretendemos, a partir da análise do *corpus* seleccionado, realçar alguns aspectos caracterizadores do português falado em Cabo Verde, incidindo sobretudo na pronúncia das vogais de algumas consoantes e dos ditongos.

2.2.1- Pronúncia de vogais

A vogal é uma das grandes categorias usadas para a classificação dos sons da fala. Articulatoriamente, é um som produzido sem obstrução do tracto vocal ou um grau de estreitamento suficiente para produzir fricção audível. Acusticamente, caracteriza-se por possuir formas bem definidas. As vogais da língua portuguesa, como de qualquer língua, além de possuírem as propriedades inerentes de intensidade, altura e duração com valor contrastivo no plano da sequência fónico ou plano sintagmático, possuem uma qualidade específica, o timbre, que lhes permite oporem distintivamente uma das outras, no plano paradigmático (Mateus, 2003: 990).

Do ponto de vista fonológico, ela pode ser vista como a unidade que funciona como o centro da sílaba (Xavier e Mateus: 1990: 400). Convém ainda realçar que para Mateus (1990:52), na produção das vogais e semivogais, os articuladores mantêm-se suficientemente afastados de modo a que o fluxo de ar possa passar livremente e quase sem obstáculo. A diferença entre os diversos sons vocálicos decorre da posição em que se encontra a língua e os lábios.

No *Dicionário Lello Escolar*²⁴, as vogais são definidas como fonemas produzidos por vibração da laringe, que saem livremente só pela boca, ou pela boca e fossas nasais, sem haver obstáculo. No primeiro caso, temos as vogais orais e no segundo, as nasais. Quanto ao grau de abertura, estas podem ser abertas, fechadas e mudas, dividindo-se, de acordo com a intensidade da sua produção, em tónicas e átonas.

As vogais podem ser abertas, fechadas e mudas: para fazer esta distinção é necessário ter em conta o timbre. Este é determinado, do ponto de vista articulatorio, a partir da forma tomada pela cavidade faríngea e, sobretudo, pela cavidade bucal, que funcionam como tubo de ressonância (Cunha e Cintra, 1991: 35). Para estes autores, as vogais abertas são aquelas em que, na sua produção, houve uma maior largura do tubo de ressonância provocada pela menor elevação do dorso da língua em direcção ao palato. Quando o tubo de ressonância se estreita devido a uma maior elevação do dorso da língua, produz-se vogais fechadas e semi-fechadas (*Ibidem*).

Em relação às vogais orais e nasais, segundo Cunha e Cintra (1991: 36), a posição do véu palatino, do ponto de vista articulatorio, durante a passagem da corrente expiratória, é de grande importância na produção e caracterização das vogais. Se durante essa passagem, o véu palatino estiver levantado contra a parede posterior da faringe, as vogais produzidas são orais. Exemplos: [i] [e] [a] [o] [ɔ] e [u]. Se pelo contrário, essa passagem acontecer com o véu palatino abaixado, uma parte da corrente expiratória ressoará na cavidade nasal e as vogais produzidas serão nasais. Exemplos: [ẽ] [ĩ] [õ] [ũ] [ẽ̃].

Ainda para Cunha e Cintra (*op. cit.*: 35), as vogais podem ser tónicas e átonas. A intensidade é considerada uma qualidade física da vogal que depende da força expiratória e da amplitude das cordas vocais. As vogais pronunciadas dentro das sílabas com maior intensidade são denominadas de vogais tónicas, porque sobre elas recai o acento tónico, caracterizado em português por um reforço de energia expiratória. As vogais átonas são aquelas que se encontram em sílabas não acentuadas.

Deste modo, as vogais da língua portuguesa podem ser classificadas conforme o quadro abaixo:

²⁴ *Dicionário Lello Escolar* (1996), Lello Editora, Porto.

	Não arredondadas		Arredondadas
Altas	j i	ə	w u
Médias	e	ɐ	o
Baixas	ɛ	a	ɔ
	Não recuadas	Recuadas	

Porém, pode dizer-se que as características da pronúncia dos segmentos sonoros produzidos pelos falantes da língua portuguesa podem ser elucidativas de diferenças regionais, de grupo social ou de estilo individual (cf. Andrade e Viana, 1996: 9).

Tendo em conta a análise do *corpus* constituído pelas entrevistas realizadas observou-se que a língua portuguesa em Cabo Verde possui algumas diferenças em relação ao português europeu quanto à pronúncia de algumas vogais. Todos os segmentos sonoros da língua portuguesa são constituídos por traços que os caracterizam e os distinguem dos demais. Deste modo e tendo em conta a classificação das vogais acima ilustrada, verifica-se que, na pronúncia de alguns falantes cabo-verdianos, encontram-se alguns processos linguísticos que permitem a visualização de fenómenos que não são específicos do português europeu. Isso pode ser constatado a partir de conceitos linguísticos tais como: a elevação, a centralização e a neutralização.

No português europeu, a maioria das vogais átonas eleva-se, ou seja, muda o seu traço de altura. Muitas vezes, verifica-se que um /o/ final em vez de ser lido como [o] se lê como [u]; um /a/ átono se lê [ɐ] e não [a] e um /e/ igualmente átono não se lê [e], nem [ɛ] mas sim [ə].

Relativamente ao caso de Cabo Verde, apurou-se que a pronúncia das vogais nem sempre corresponde àquela que é regra fixa no português europeu. Neste caso, o que se verifica é que muitas dessas vogais quando não acentuadas são pronunciadas como se fossem.

Segundo a regra do português variante padrão, todas as vogais fonológicas quando não acentuadas, realizam-se da seguinte forma:

/a/ [+baixa] → [ɐ] [- baixa]

/e, ε / $\begin{bmatrix} -\text{alta} \\ -\text{rec} \end{bmatrix}$ → [ə] $\begin{bmatrix} +\text{alt} \\ +\text{rec} \end{bmatrix}$

/o, ɔ / $\begin{bmatrix} -\text{alt} \\ +\text{rec} \end{bmatrix}$ → [u] $\begin{bmatrix} +\text{alt} \\ +\text{rec} \end{bmatrix}$

Apesar disso, existem certos contextos que impedem a aplicação das regras das vogais átonas. Quando pertencem às sílabas terminadas por l (l fonético), contexto que impede a alteração do timbre, as vogais átonas não se manifestam alteração em relação as acentuadas (Mateus, 2003: 1013). Podem ser exemplificadas nas seguintes palavras: salto ['saltu]; maldade [maldɐdɐ]; relva ['relvɐ]; golpe ['gɔlpɐ].

Incidindo sobre o caso do português falado em Cabo Verde, parece correcto afirmar que esta regra, em alguns casos, não se aplica às produções orais dos falantes. Através da análise de algumas palavras, onde as vogais se encontram em posição átona, verificou-se que estas eram pronunciadas como sendo tónicas. Vejamos os seguintes exemplos descritos nos quadros que se seguem:

a) Pronúncia da vogal /a/ átona:

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
UCV (1)	Para	[ˈpərə]	[páɾɐ]
UCV (2)	Calhar	[kɐláɾ]	[kalár]
DP (1)	Camada	[kɐmáɾɐ]	[kamáɾɐ]
DP (2)	Palavra	[pɐlávrɐ]	[palávrɐ]
DP (3)	Fazer	[fɛzér]	[fazér]

No quadro, verifica-se que nas palavras em que a vogal /a/ se encontra em posição átona, a pronúncia deveria ser [ɐ] como mandam as regras fonológicas do PE. Mas analisando essas mesmas palavras proferidas pelos informantes supra referenciados, vê-se que a vogal /a/

foi pronunciada [a] como se fosse acentuada, tornando-se portanto numa vogal mais baixa. Verifica-se ainda um caso curioso quanto à pronúncia da vogal /a/. Se em posição átona ela é pronunciada pelos falantes cabo-verdianos como sendo acentuada, quando, em algumas palavras, ela se encontra em posição acentuada já a pronúncia se altera, i. e., em vez de ser pronunciada como [a] aberto, os falantes pronunciam-na [ɐ], vogal fechada e não acentuada. Veja-se a descrição destes exemplos no quadro abaixo.

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
DP (3)	Rádio	[Rádju]	[rɛdju]
DP (3)	Barragem	[bɐRázẽ]	[bɐrɛzẽ]
DP (4)	Ganho	[gájɲu]	[gɐɲu]

b) Pronúncia da vogal /e/ átona

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
UCV (1)	Melhor	[mɐˈλɔr]	[mɪlór]
UCV (2)	Você	[vosé]	[vóse]
UCV (3)	Correctamente	[kuRɛtɐˈmẽtɐ]	[kɔrɛtɐˈmẽti]
DP (4)	Problema	[prublémɐ]	[pruˈblɛmɐ]
DP (1)	Violência	[vjuˈlɛsjɐ]	[vjulɛˈsjɐ]
DP (5)	Pecuária	[pɛkwárjɐ]	[pɛkwárjɐ]
DP (5)	Bebia	[bebɪɐ]	[bibɪɐ]

Tendo em conta o quadro acima, nota-se que a vogal /e/ sofre modificações diversas quanto à pronúncia: quando em posição não acentuada, deveria ser pronuncia [ə] conforme as regras fonológicas do PE. Porém, se tomarmos os exemplos das palavras analisadas, podemos notar que, em palavras diferentes, ela sofreu alterações diversas. Tanto pode ser pronunciada como [ə] ou como [i], dependendo das palavras e interferências da LM do falante na língua alvo.

Constata-se ainda que esta mesma vogal sofre alterações, relativamente à pronúncia cabo-verdiana quando acentuada. Em algumas palavras do *corpus* analisado, faz-se notar que esta vogal nesta posição é pronunciada [ɛ] no português europeu. Porém, nestas palavras, esta vogal é pronunciada como sendo não acentuada e mais alta [e]. Vejam-se os exemplos de palavras em que tais alterações se verificam:

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
DP (5)	Painel	[paj'neɫ]	[pajnel]
DP (5)	Velho	[ˈvɛlu]	[ˈveɫu]

c) Pronúncia da vogal /o/

Informantes	Palavra	Pronúncia europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB (1)	Nós	[ˈnɔʃ]	[nóʃ]
PEB (3)	Melhor	[meˈɫɔr]	[miłór]
DP (5)	Senhoras	[seˈɲóɾɐ]	[seˈɲɔɾɐ]
DP (5)	Maiores	[mɐjˈɔɾɐs]	[mɐjórɐs]
DP (5)	Após	[aˈpɔʃ]	[apóʃ]

As palavras acima pronunciadas pelos informantes mostram que a vogal /o/ também sofre modificações na pronúncia dos cabo-verdianos, quer em posição acentuada quer em posição não acentuada. Relativamente às palavras ilustrativas, nota-se que em palavras acentuadas, há um fechamento desta vogal. Em vez de ser pronunciada [ɔ] foi pronunciada como se fosse uma vogal menos baixa [o]. Mas também em palavras não acentuadas, há uma troca na pronúncia da vogal /o/. É o caso das palavras *senhora* e *após* em que a pronúncia desta vogal deveria ser acentuada, o que não se verifica nestas palavras.

d) Pronúncia da vogal *u*

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB1	Correctamente	[kuRɛtɐ´mẽtə]	[koretɐ´mẽti]
PEB5	Momento	[mu´mẽtu]	[mo´mẽtu]
DP (2)	Colega	[ku´legɐ]	[ko´legɐ]

Considerando a pronúncia da vogal /*u*/, nota-se que há uma confusão entre a forma fonética e a fonológica. Isto deriva do facto de se encontrar palavras em que a escrita é representada pelo fonema /*o*/ . Porém, em alguns casos específicos, concretamente quando não acentuada, esta vogal deve ser pronunciada [u] e não [o]. A análise dos dados sugere que em palavras em que a vogal /*o*/ deveria ser lida como uma vogal não acentuada houve uma acentuação da mesma.

A observação dos dados permitiu ainda que se identificasse alguns processos fonéticos que ocorrem na pronúncia dos cabo-verdianos, quando usam a língua portuguesa como instrumento de comunicação. Isto foi constatado na pronúncia de algumas vogais em diversos contextos dos seus discursos orais.

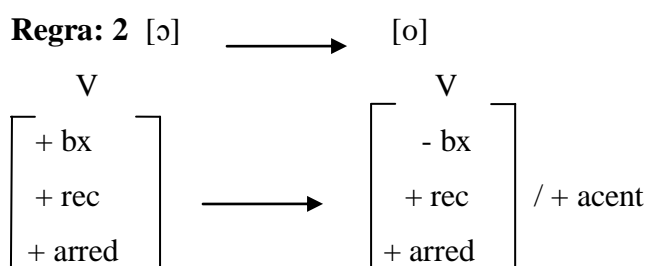
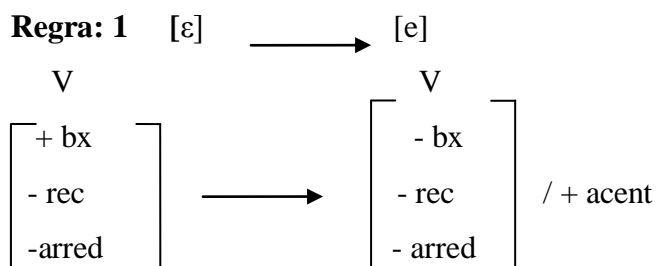
Essas diferenças tornam-se significativas para a análise do português que se fala em Cabo Verde, uma vez que, em muitos casos, estas pronúncias acabam por entrar em choque com a regra do PE. Assim, achou-se pertinente identificar os seguintes processos fonéticos que ocorrem na pronúncia dos falantes cabo-verdianos:

a) Elevação

Alteração de um segmento de fala nos seus traços de altura, no sentido ascendente, num dado momento de um processo de derivação. Esta mudança é geralmente governada por regras e tem como resultado um segmento que é tradicionalmente considerado fechado (Xavier e Mateus, 1990: 139). A elevação reconhece-se no facto de as vogais subirem um ou dois graus de altura quando não acentuadas. Este processo pode ser representado a partir dos seguintes exemplos:

1. [até] em vez de [at´ɛ] até, proferida pela informante PEB (3)
2. [nóʃ] - [´nɔʃ] ____ nós, pronúncia do informante UCV (2)
3. [kóriʒir] - [kuRiʒir] __ corrigir, pronúncia do informante PEB (1)

Este fenómeno pode ser explicado a partir das seguintes regras:



b) Centralização

Processo de evolução ou de alteração de um segmento vocálico em direcção às vogais centrais, dentro de um dado sistema fonológico (Xavier e Mateus, *op. cit.*: 73).

Processo de evolução ou de alteração de um segmento vocálico em direcção às vogais centrais, dentro de um dado sistema fonológico (Xavier e Mateus, *op. cit.*: 73).

Relativamente ao processo de centralização, não se verificou um número significativo de amostras mas, pode ser exemplificado a partir da seguinte palavra pronunciada pelos informantes. Exemplos:

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
DP (5)	Modo	[ˈmɔdu]	[módə]
DP (4)	Desenvolvimento	[dəzɛvɔlviˈmɛtu]	[dəzɛvɔlviˈmɛtə]
DP (5)	Zero	[ˈzɛru]	[ˈzɛrə]
DP (4)	Funcionamento	[fũsjunɐˈmɛtu]	[fũsjunɐˈmɛtə]

A partir da análise das palavras no quadro acima, apurou-se que houve uma centralização de vogais, i. e., no final destas palavras a vogal pronunciada deveria ser pronunciada um [u], vogal alta. Porém, observou-se que houve uma substituição desta vogal

pela vogal central [ə], passando de uma vogal alta para uma média. Esta pronúncia é verificada sobretudo na região de Barlavento, devido à interferência da língua materna. É que nesta região do país, os falantes quando utilizam a língua materna, em muitos casos, não pronunciam o final da palavra. Daí, transferirem esse fenómeno típico da pronúncia da LM para a língua alvo – o português.

Este fenómeno pode ser explicado a partir da regra abaixo:

[u] → [ə]

$$\begin{array}{c} \text{V} \\ \left[\begin{array}{c} + \text{alt} \\ + \text{rec} \\ + \text{arred} \end{array} \right] \end{array} \longrightarrow \begin{array}{c} \text{V} \\ \left[\begin{array}{c} + \text{alt} \\ + \text{rec} \\ - \text{arred} \end{array} \right] \end{array} \quad / - \text{acent}$$

c) - Neutralização

Fenómeno que consiste na perda da distinção entre dois fonemas quando estes ocorrem em determinados contextos. Certas vogais neutralizam-se em português quando em posição átona (Xavier e Mateus, 1990: 262).

Esse fenómeno foi constatado nas palavras terminadas em [e] que geralmente são pronunciadas [i] na região de Sotavento. São exemplos de pronúncia típica da língua cabo-verdiana também verificadas na análise dos *corpora*. Exemplos:

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB (1)	Correctamente	[kuʀetɐ'mɛtə]	[koretɐ'mɛti]
UCV (2)	Onde	[ˈõdɐ]	[ˈõdi]
UCV (1)	Que	[ˈkə]	[ˈki]

A análise do quadro acima torna evidente a uma perda da distinção entre a vogal /e/ e a vogal /i/. Concretamente na pronúncia dos falantes da região de Sotavento, nota-se que não fazem a distinção entre a pronúncia dessas duas vogais, principalmente quando a vogal /e/ se encontra em finais de palavras, devido a influência da LM, ela acaba por ser pronúncia como sendo um /i/.

Este fenómeno pode ser explicado tendo em conta a seguinte regra :

$$\begin{array}{c}
 \text{A regra } [\text{ə}] \longrightarrow [\text{i}] \text{ em posição final} \\
 \text{V} \\
 \left[\begin{array}{c} + \text{ alt} \\ + \text{ rec} \\ - \text{ arred} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{c} \text{V} \\ - \text{ rec} \end{array} \right] / \text{ — } \left[\begin{array}{c} \text{ — } \\ - \text{ ac} \end{array} \right] \#
 \end{array}$$

Ainda no estudo das línguas, vale salientar a existência de outros fenómenos que permitem o levantamento de alguns dados diferenciadores da pronúncia de regiões diferentes e classificá-las a nível fonético e fonológico. No caso de Cabo Verde, para além dos processos fonéticos acima identificados, verifica-se também a ocorrência de diferenças fonológicas entre o português falado em Cabo Verde e o português norma europeia. Segundo Duarte (2000: 233), os processos fonológicos referidos, encontram-se distribuídos em cinco tipos:

- (i) **Inserção** – produção de um segmento que não existe na representação fonológica é produzidos com a inserção de uma semivogal;
- (ii) **Supressão** – apagamento de um segmento que está representado na forma fonológica da palavra;
- (iii) **Assimilação** – identificação de um segmento com um outro segmento contextualmente próximo;
- (iv) **Dissimilação** – diferenciação de um segmento relativamente a outro contextualmente próximo;
- (v) **Metátese** – transposição das posições dos segmentos;

Incidindo sobre o caso de Cabo Verde, reconheceu-se a presença de alguns desses fenómenos nas produções dos falantes da língua portuguesa.

A supressão: em situação de fala espontânea de alguns informantes, identificou-se o apagamento de algumas vogais. Vejam-se os seguintes exemplos apresentados no quadro que se segue:

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
AUCV (1) / UCV (2)	Dizer	[dizér]	[dzér]
UCV (1)	Episódio	[epi´zɔdju]	[epzódju]
DP (5)	Ribeiras	[Ribéjrɐ]	[rbéjrɐ]
DP (5)	Água	[ágwɐ]	[áɣɐ]
DP (3)	Interesse	[ĩtərésə]	[ĩtrésə]
DP (5)	Médico	[´mɛdiku]	[´mɛdkə]

Tendo em conta a análise das palavras constantes do quadro, verifica-se que houve uma supressão da vogal /i/. Apesar desta vogal se encontrar na forma fonológica da palavra, quando o falante a pronuncia não lê a vogal, produzindo duas consoantes seguidas. Isto, em muitos casos, resulta das interferências da LM na língua portuguesa em Cabo Verde.

Assimilação: constatou-se a troca de um segmento para outro contextualmente próximo nas seguintes palavras pronunciadas pelos informantes. Veja-se o seguinte quadro:

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
AUCV1	Correctamente	[kuRetɐ´mẽtə]	[koretɐ´mẽti]
AUCV1	Depois	[dɐpójɫ]	[dipójɜ]
UCV3	Detectar	[dɛtɛtár]	[didétɐr]
UCV5	Crioulo	[krjólu]	[kRjólə]
PEB5	Meninos	[mənínuɫ]	[minínuɫ]

Na análise das palavras que constituem o quadro, é de salientar o facto de estas possuírem algumas diferenças tendo em conta a forma fonética e a forma fonológica das mesmas. Note-se que houve uma pequena troca entre as vogais /e/ e /i/, por serem contextualmente próximas na pronúncia da vogal [e]. O falante, devido à interferência da LM, produz uma vogal mais alta, neste caso a vogal [i], originando um dos processos fonéticos que ocorrem na pronúncia de vogais, que é a elevação.

Inserção: de uma vogal em algumas palavras como *adaptados* e *psicologia*.

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB (5)	Adaptados	[ɛdɐp´tɛduʃ]	[ɛdapitáduʃ]
DP (5)	Psicologia	[psikuluʒié]	[pisikuluʒié]

É importante frisar que os falantes, muitas vezes, recorrem á inserção, quando se deparam com palavras em que há o encontro de duas consoantes. Para evitar este encontro, optam por inserir entre essas consoantes uma vogal que não faz parte da forma fonológica da palavra em questão. Assim, encontra-se em algumas palavras produzidas pelos informantes a existência deste fenómeno.

2.2.2- Pronúncia de consoantes

A língua portuguesa é constituída por vinte consoantes, tradicionalmente classificadas em função de critérios articulatórios e são consideradas como uma das grandes categorias usadas para a classificação dos sons da fala (cf. Cunha e Cintra: 1991: 42). Articulatoriamente, é um som produzido com uma obstrução ou estreitamento do tracto vocal em que a passagem do ar é completamente bloqueada ou tão restringida, em que se verifica uma fricção audível. Quanto ao ponto de vista fonológico, as consoantes são consideradas como unidades que funcionam nas margens das sílabas.

Para o *Dicionário Lello Escolar* (1996) consoantes são os fonemas resultantes do fechamento completo ou parcial da boca, seguida de uma abertura que permite que o ar fónico escape produzindo um certo ruído. Este ruído pode ser prolongado nas consoantes *constritivas ou fricativas*, como f, v, s, z, em que o fechamento da boca é parcial; ou durar só um instante nas *consoantes oclusivas ou momentâneas*, p, t, b, d, que são produzidas com o fechamento completo do tracto vocal, que é rapidamente destendido. Estas, por seu turno, podem ser orais e nasais.

Nesta linha de ideias, Cunha e Cintra (*op. cit.*) afirmam que do ponto de vista articulatório, as consoantes da língua portuguesa podem ser classificadas tendo em conta o modo de articulação, o ponto de articulação e o papel das cordas vocais. Essa classificação obedece às regras que permitem distinguir estas consoantes, de acordo com diferentes traços distintivos.

Na análise do *corpus*, apurou-se que na produção oral de algumas consoantes pelos falantes cabo-verdianos, verificam-se algumas diferenças que não vão ao encontro à produção das mesmas pelos falantes do português europeu. É o caso das consoantes /r/ e /l/.

No português europeu, estas consoantes resultam do facto de o órgão articulador móvel utilizado na sua produção “vibrar”, ou tocar repetidamente no outro articulador. Assim, acontece com o chamado *r* múltiplo pronunciado no português europeu (por ex. PE *Carro*) em que a ponta da língua toca várias vezes os alvéolos. Esta pronúncia é encontrada em alguns dialectos e é representada por [ř]. No português da variedade padrão, contudo, esta vibrante é pronunciada junto do velo, /r/ velar, representado por [R]. O /r/ simples representado por [r] (no PE *Caro*) é produzido com uma única obstrução provocada pela ponta da língua junto dos alvéolos (cf. Mateus, 1990:344).

Quanto à produção destas consoantes da língua portuguesa pelos falantes cabo-verdianos, observou-se que estas sofrem algumas alterações quando proferidas em determinados contextos de produção. Tendo em conta a regra acima apresentada, apurou-se que a pronúncia do português dos falantes cabo-verdianos, relativamente à consoante vibrante *r*, nem sempre coincide com a pronúncia do PE. Vejamos os seguintes casos:

Informantes	Palavra	Pronúncia Europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB (1)	Corrigir	[kuRiʒír]	[kɔriʒír]
PEB (5)	Correctamente	[kuRetɐ́mêtə]	[kɔretɐ́mêtə]
UCV (2)	Terreno	[təRénu]	[tərénu]
UCV (1)	Recordar	[Rəkurdár]	[rəkordár]
DP (3)	Rádio	[Rádju]	[´rɛdju]

Da análise do quadro acima, faz-se notar que a consoante *r* sofre algumas modificações nas palavras apresentadas. O /r/ que, em algumas dessas palavras do PE é múltiplo (como em *Terreno* [təRenu] e *Recordar* [Rekurdər]), quando pronunciado pelos falantes cabo-verdianos é produzido apenas com uma única obstrução da língua junto dos alvéolos, tornando-se num *r* simples (como em *Corrigir* [kɔriʒír] e *Correctamente* [kɔretɐ́mêtə]). Vale notar que há algumas dificuldades na pronúncia dessa consoante, concretamente nos falantes de Sotavento que, em muitos casos, não conseguem fazer a distinção entre o *r* simples e o *r* múltiplo.

Quanto à consoante /l/, na pronúncia no PE, ela pode assumir dois formatos, conforme o seu contexto de ocorrência: pode realizar-se como uma consoante dental ou torna-se velar em dois contextos distintos (cf. Mateus, 1990: 342). Esta consoante, a par da consoante /r/, corresponde a um único segmento que difere na pronúncia, tendo em conta a sua posição na palavra ou sílaba. Em Linguística Estrutural, são os denominados “alofones” de um mesmo fonema (Mateus, *op. cit.*). No caso concreto da pronúncia da consoante /l/, observa-se as seguintes realizações:

a) Quando em final de sílaba ou palavra:

Nestes casos, a consoante /l/ torna-se velar quer em final de sílaba, quer em final de palavra, na realização fonética do PE. São exemplos disto as palavras [mɛl] e [Finɛl]. Esta mudança de realização pode ser representada a partir da seguinte regra de velarização do /l/ em final de sílaba ou de palavra (Mateus, *op. cit.*: 344).

$$\begin{array}{c} \text{C} \\ \left[\begin{array}{c} + \text{lat} \\ + \text{ant} \end{array} \right] \end{array} \longrightarrow \begin{array}{c} \text{C} \\ \left[\begin{array}{c} + \text{rec} \\ + \text{alt} \end{array} \right] \end{array} \quad / [-] \quad \left\{ \begin{array}{c} \text{C} \\ \# \end{array} \right\}$$

Porém, se tivermos em conta a produção desses fonemas pelos falantes cabo-verdianos, verifica-se que, nalguns casos, estes não se realizam da mesma forma que no PE. Vejam-se as seguintes palavras pronunciadas pelo informante PEB5:

Informantes	Palavra	Pronúncia europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB (5)	Verbal	[vərbál]	[vərbɛl]
PEB (5)	Plural	[plurál]	[plurɛl]

A análise dos dados leva a afirmar que nas pronúncias dos falantes cabo-verdianos, principalmente os de Sotavento, não há, em alguns casos, a velarização da consoante /l/ quando em final de sílaba ou palavra, o que nos permite afirmar que não se constata, nestes casos, o cumprimento da regra do PE, por alguns falantes do português nesta região do país.

- b) Quando se realiza no interior da palavra ou início de sílaba:

No PE, a produção deste fonema no início de sílaba ou interior de palavra, quanto ao modo de articulação, não sofre alterações. Realiza-se [l] observada em palavras como [ˈlagu]. Isto é, opera-se com a passagem do ar pelos dois lados da cavidade bucal. Na pronúncia do português falado em Cabo Verde, não se evidenciam modificações na realização deste fonema, quando se encontra nesta posição, mantendo-se, portanto, igual àquela que se efectiva no PE, apurado nos seguintes exemplos proferidos pelos informantes PEB1 e UCV5. Veja o quadro que se segue:

Informantes	Palavra	Pronúncia europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB (1)	Realidade	[Rʝelidádə]	[rʝelidádə]
UCV (5)	Crioulo	[krjólʉ]	[kRjólʉ]

Estas palavras provam que no interior da palavra ou da sílaba, o [l] não sofre modificações aquando da realização de produções orais pelos falantes cabo-verdianos na utilização do português enquanto instrumento de comunicação. Demonstram claramente que não há uma velarização desta consoante no interior da palavra ou sílaba, coincidindo com a regra do português norma europeia.

2.2.3- Pronúncia de ditongos

Segundo Xavier e Mateus (1990: 132), ditongo “é uma sequência vocálica no interior de uma única sílaba, formada por uma vogal e uma semivogal ou por uma semivogal e uma vogal, em que a vogal constitui o núcleo da sílaba. Do ponto de vista fonético, a dependência da semivogal em relação ao núcleo silábico é assinalada acusticamente por um movimento contínuo e rápido”. Para Campos (*et al.*, 2002: 13) os ditongos podem ser constituídos por uma vogal e uma semivogal (ditongo decrescente) ou por uma semivogal e uma vogal (ditongo crescente). As semivogais são sons muito próximos das vogais, distinguindo-se destas por nunca poderem constituir sozinhas núcleo sílaba.

Em português existem ditongos orais e ditongos nasais formados por combinação de vogais com as semivogais [j] e [w]. Apenas os ditongos crescentes são estáveis, isto é, são sempre pronunciados como ditongos e nunca como sequência de duas vogais (Campos *et al.*, *Idem*).

Pinto (2000: 148) distingue os ditongos orais dos nasais. Para o autor, os ditongos orais tanto podem ser tónicos como átonos e distribuem-se por dois grupos. Além dos ditongos orais, que são decrescentes, existe uma segunda categoria de ditongos que resultam de encontros vocálicos depois da sílaba tónica. São os chamados ditongos decrescentes (Pinto, *op. cit.*).

Falando concretamente do caso de Cabo Verde e incidindo sobre os dados apurados observou-se que existem diferenças quanto à pronúncia de alguns ditongos no português falado em Cabo Verde. Confrontados com as regras da realização dos ditongos do PE tornam-se evidentes as alterações que ocorrem na pronúncia dos ditongos *ão* e *au* e *ões*. Na análise dos dados e incidindo nas palavras do quadro abaixo, podem-se observar essas alterações. Senão vejamos os seguintes exemplos:

Realização do ditongo nasal *ão*:

Informantes	Palavra	Pronúncia europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
PEB (3)	Então	[ẽ'tẽw]	['ẽtõ]
PEB (4)	Entoação	[ẽtwẽ'sẽw]	[ẽtwẽ'sõ]
PEB (5)	Compreensão	[kõprẽ'sẽw]	[kõprẽ'sõ]
DP (3)	Intervenção	[ĩtervẽ'sẽw]	[ĩtervẽ'sõ]
DP (5)	Florestação	[florɐ'tẽ'sẽw]	[florɐ'tẽ'sõ]

Da análise dos ditongos terminados em *-ão*, parece correcto afirmar que na pronúncia dos falantes cabo-verdianos, sobretudo na região de Sotavento, estes sofrem uma forte interferência da pronúncia do cabo-verdiano. Estas vogais pronunciadas no final da palavra continuam sendo nasais porém, a vogal /a/ é substituída pela consoante nasal /n/. São casos típicos de pronúncia da língua cabo-verdiana, que se interferem na pronúncia do português.

Realização do ditongo *au*:

Informantes	Palavra	Pronúncia europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
UCV (2)	Aula	[áwɫə]	[óɫə]
PEB (3) e DP (3)	Causa	[Káwzɐ]	[Kówzɐ]
DP (5)	Água	[ágwɐ]	[áɣɐ]

Relativamente ao ditongo *-au* o que se constatou é que ele também sofre modificações. Nas palavras acima apresentadas nota-se que houve uma assimilação de segmentos diferentes. A vogal do ditongo *au* na palavra *aula* e *causa* é substituída pela vogal /o/. Em vez de se realizar como é regra no PE [aw] realiza-se como [ow].

Na palavra *água* há uma supressão da semivogal /u/, evidenciando uma pronúncia típica da zona de Barlavento, neste caso a interferência da LM.

Realização do ditongo nasal *ões*:

Informantes	Palavra	Pronúncia europeia	Pronúncia do português em Cabo Verde
AUCV (4) e DP (5)	Opiniões	[ɔpinjˈõj̃ɫ]	[opinjˈẽw ʃ]
AUCV (6)	Sugestões	[suʒəʃtót̃ɫ]	[suʒəʃˈtẽwʒ]

Relativamente a este ditongo, incidindo sobre o *corpus* analisado, identificou-se alterações na sua pronúncia, nomeadamente nas palavras exemplificadas no quadro acima. Pode dizer-se que o ditongo sofre uma pequena alteração, sublinhada na troca dos seguintes segmentos fonológicos: do ditongo *-ões* passou a *-aus*, alterando completamente a pronúncia das palavras representadas no quadro acima.

2.2.4- Proposta de regras fonológicas que caracterizam a realização de algumas expressões do português falado em Cabo Verde

Ao longo da análise efectuada observou-se que existem particularidades na pronúncia do português falado em Cabo Verde, que se evidenciam na pronúncia das vogais, das consoantes e dos ditongos. Além das regras explicadas nos pontos anteriores, podem ser descritas outras. Senão vejamos:

a) Em relação à pronúncia da vogal /a/

Regra 1: [a] \longrightarrow [ɐ]

$$\begin{array}{c} \text{V} \\ \left[\begin{array}{c} +\text{bx} \\ +\text{rec} \end{array} \right] \end{array} \longrightarrow \begin{array}{c} \text{V} \\ \left[\begin{array}{c} -\text{bx} \\ +\text{rec} \end{array} \right] \end{array} / \left[\begin{array}{c} +\text{ac} \end{array} \right]$$

Regra 2: [ɐ] \longrightarrow [a]

$$\begin{array}{c} \text{V} \\ \left[\begin{array}{c} -\text{bx} \\ +\text{rec} \end{array} \right] \end{array} \longrightarrow \begin{array}{c} \text{V} \\ \left[\begin{array}{c} +\text{bx} \\ +\text{rec} \end{array} \right] \end{array} / \left[\begin{array}{c} -\text{ac} \end{array} \right]$$

c) Regras aplicadas à realização dos ditongos [ãw] e [oj]

Quanto à pronúncia dos ditongos no português falado em Cabo Verde, faz-se notar que a par das vogais também estes sofrem alterações quanto a pronúncia sobretudo em final de palavra. Vejam-se as seguintes propostas de regras:

O ditongo /ãw/ passa à uma vogal mais nasal em final de palavra:

Regra 1: [ãw] \longrightarrow [õ]

$$\begin{array}{c} \text{D} \\ \left[\begin{array}{c} +\text{rec} \end{array} \right] \end{array} \longrightarrow \begin{array}{c} \text{V} \\ \left[\begin{array}{c} +\text{nasal} \end{array} \right] \end{array} / \#$$

Quanto à pronúncia do ditongo *-ões*, fez-se notar que na sua realização houve a passagem de uma vogal mais arredondada [o] para uma menos arredondada [ɐ]. Vale salientar ainda a passagem de uma semivogal não arredondada [j] para uma semivogal menos arredondada e mais recuada [w], exemplificada a partir da seguinte regra:

$$\begin{array}{ccc}
 \textbf{Regra 2:} & [oj] & \longrightarrow [ẽw] \\
 \text{S} & & \text{S} \\
 \left[\begin{array}{c} - \text{ arred} \\ - \text{ rec} \end{array} \right] & \longrightarrow & \left[\begin{array}{c} + \text{ arred} \\ + \text{ rec} \end{array} \right] / \#
 \end{array}$$

d) Regra da realização da consoante R:

Na pronúncia das consoantes pelos falantes cabo-verdianos, além da regra do /l/ identificada no ponto 2.2.2, vale salientar a passagem de uma consoante /R/ menos anterior para uma vogal /r/ mais anterior e mais coronal. Veja-se a seguinte regra:

$$\textbf{Regra: } [R] \longrightarrow [r]$$

$$\left[\begin{array}{c} C \\ - \text{ ant} \\ - \text{ cor} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{c} C \\ + \text{ ant} \\ + \text{ cor} \end{array} \right]$$

A caracterização do português falado em Cabo Verde passa necessariamente pelo levantamento dos aspectos fonético-fonológico, sintático-semânticos e lexical das produções orais dos falantes desta língua no país. Incidindo sobre estes campos da linguística observou-se que existem algumas diferenças entre o PE e o português falado em Cabo Verde, que nos permite identificar especificidades próprias do português falado no arquipélago.

Ainda dentro do mesmo país, verificou que existem diferenças significativas entre a pronúncia das vogais e dos ditongos, derivadas das especificidades próprias das variantes da CV em cada ilha. Desta forma, se se considerar as regiões de Barlavento e a de Sotavento pode afirmar-se que o português falado nestes espaços também apresenta algumas diferenças.

No caso de Barlavento, o que se observou é que as vogais sofrem algumas alterações em finais de palavras, em posição não acentuada. É o caso da vogal /a/ que é pronunciada quase sempre como uma vogal acentuada. Também na pronúncia da vogal /o/ no final de palavras as diferenças são significativas pois nota-se que ela nem sempre se realiza como tal. Na maioria dos casos, realiza-se como /e/, evidenciando uma característica própria do CV falado nesta região, resultante da interferência da LM dos falantes. A vogal final da palavra muitas vezes não é pronunciada e é representada foneticamente como [ə].

Relativamente à zona de Sotavento já as divergências são observadas sobretudo na pronúncia de algumas vogais, na pronúncia dos ditongos em finais de palavras e de algumas consoantes como por exemplo o /r/ duplo e o /l/ velar, em início de sílaba para o primeiro e em final de sílaba ou palavra para o segundo. São casos que mostram claramente a interferência da LM na língua alvo. Nota-se que os falantes transpõem aspectos caracterizadores da pronúncia da sua LM para a língua segunda (o português), originando as chamadas interferências linguísticas.

CAPÍTULO III

Considerações finais: caracterização do português falado em Cabo Verde

Depois de se ter debruçado, no primeiro capítulo, sobre alguns conceitos e pressupostos chaves que permitem fazer a caracterização do português falado em Cabo Verde e, no segundo capítulo, analisar e descrever os tópicos e os dados referentes aos aspectos linguísticos que podem caracterizar essa variante do português, resta-nos, neste capítulo final fazer uma síntese sobre as principais diferenças entre o PE e o português falado em Cabo Verde e, deste modo, efectuar a caracterização do português cabo-verdiano.

É conveniente salientar que a língua falada por qualquer comunidade linguística apresenta constantes mudanças que se actualizam de acordo com as alterações sofridas pelo funcionamento do próprio tecido social.

Em Cabo Verde, a língua portuguesa revela variação devido às diversas influências que vem sofrendo, com especial expressão no léxico e com eventual extensão às demais estruturas dessa língua falada no país. Esta apresenta um conjunto de características que não constam no PE, resultante das condições novas em que a língua passou a funcionar, devido à evolução sofrida fora do seu continente de origem. Em Cabo Verde, o português desenvolveu uma certa especificidade, que caminha para o desenvolvimento de características próprias e para o desenvolvimento mais rápido de uma variante tipicamente cabo-verdiana.

Incidindo sobre as características gramaticais, pode-se distinguir o português falado em Cabo Verde do PE, tendo em conta os seguintes aspectos: características fonético-fonológicas, morfo-sintáticas, semânticas e lexicais.

No nível fonético-fonológico, apurou-se que as vogais do português falado em Cabo Verde constituem um fértil terreno para o estudo da relação entre processos fonológicos que envolvem os mais diversos tipos de fonema que podem ser estudados nesta área de estudo.

As vogais, no português falado em Cabo Verde, possuem pronúncias variáveis conforme a posição relativa ao acento e isso leva a afirmar que essa variabilidade resulta dos efeitos resultantes das interferências que a língua portuguesa sofre neste território.

Durante a pesquisa, constatou-se a existência de diversos fenómenos, entre os quais a *elevação*, a *centralização* e a *neutralização* das vogais. Tais fenómenos verificam-se na distinção de altura das vogais nas posições pré-tónica, pós-tónica e em contexto nasal. Parece correcto afirmar que, contrariamente ao PE, as vogais do português falado em Cabo Verde

sofrem variações quando não acentuadas, resultando os processos fonéticos mencionados. Para além disso, verificam-se outros fenómenos de carácter fonológico como a *supressão* e a *inserção* observadas na representação fonética das palavras, através do apagamento de um segmento representado na forma fonológica da palavra, para o primeiro caso e produção de um segmento que não existe na representação fonológica da palavra, para o segundo caso.

Outro aspecto constatado é o referente à pronúncia de alguns ditongos. Verificou-se que os ditongos *ão*, *au* e *ões* sofrem processos similares aos identificados nas vogais quando pronunciadas por falantes cabo-verdianos. Um dos processos verificado na realização dos ditongos analisados é a *assimilação* ou substituição de um segmento por outro, identificado em todas as realizações.

A nível sintáctico, uma das primeiras características identificada, no que toca ao funcionamento dos pronomes, reside no facto de se verificar constantemente a falta de colocação dos pronomes, geralmente, quando antecedem o verbo. Outro aspecto é a omissão do pronome reflexo *se*. Isto resulta do facto de este pronome não fazer parte da lista dos pronomes da língua cabo-verdiana.

A nível sintáctico, convém realçar ainda a utilização abusiva de construções gerundivas, que se realizam de forma diversa em relação às construções frásicas não finitas verificadas no PE. Tais realizações, no português falado em Cabo Verde, podem ser o resultado das interferências do português brasileiro através do condicionalismo parcial dos programas televisivos.

Relativamente às características provenientes das interferências semânticas, concluiu-se que, devido à inexistência de flexão dos verbos no cabo-verdiano, existe uma certa dificuldade na conjugação e colocação dos verbos, nomeadamente, na concordância de modo e de tempo, sobretudo na conjugação do modo conjuntivo, quando se fala português. Faz-se notar que a falta de concordância relativamente ao uso do modo conjuntivo constitui uma das grandes dificuldades da maioria dos falantes do português em Cabo Verde. Estes problemas podem ser explicados através das interferências da LM no português falado no arquipélago.

Regista-se também muita falta de concordância em género e em número, nos falantes do português, talvez devido a um domínio deficiente das regras de concordância resultante das interferências da LM, que não possui concordância nem em género, nem em pessoa e número gramaticais. Ou seja, no cabo-verdiano, ocorre predominantemente o género masculino e, relativamente aos verbos, não se regista, na sua conjugação, a flexão de pessoa e número. Desta forma, os falantes por se refugiarem constantemente na sua LM acabam por transferir regras dessa língua para a língua alvo.

Quanto às características do léxico, estas dizem respeito ao facto de os falantes, muitas vezes, recorrerem aos itens lexicais idiossincráticos da sua LM para se expressarem. Isto é feito através da importação ou empréstimo de termos do cabo-verdiano para a língua portuguesa, dado que o falante do CV, geralmente, não possui um domínio completo da L2. Há uma invasão de uma língua na outra, resultante da falta de uso do vocabulário aprendido e do facto de o falante ainda não conseguir separar a fronteira entre duas línguas, por serem contextualmente próximas.

Analisando esta situação, observou-se que as diferenças identificadas nas estruturas gramaticais, quando se faz a passagem da LM para a L2 são derivadas do facto de o falante possuir um conhecimento simples das regras gramaticais em português, que não garante o seu emprego na prática corrente da língua.

Parece correcto afirmar que a dificuldade com que o falante, muitas vezes, se confronta ao falar a língua portuguesa resulta da forma como esta língua é ensinada no país. Segundo os pressupostos sustentados por vários autores referenciados no Capítulo I, o falante cabo-verdiano não tem um domínio efectivo da língua portuguesa, porque esta língua é ensinada como se de uma LM se tratasse. Ora, em Cabo Verde, existe uma LM que é a língua cabo-verdiana e não o português. Assim, devido à forma como esta língua é ensinada verifica-se interferências recíprocas entre o CV e o PE.

Curiosamente, ao contrário daquilo que poderia ser uma vantagem para os falantes cabo-verdianos, o facto de o cabo-verdiano ter uma base lexical de origem portuguesa, acaba por se tornar numa dificuldade, devido precisamente a essa proximidade e este convívio total em que estas duas línguas estabelecem neste território comum.

A língua portuguesa em Cabo Verde, tendo em conta as definições de variante geográfica abordadas no capítulo I, pode ser considerada uma variante do português europeu. Sendo que as variações linguísticas podem ser vistas como as diferentes manifestações e realizações da língua, ou seja, as diversas formas que a língua possui, decorrentes de factores de natureza histórica, regional, social ou situacional, esta caracterização torna-se possível devido ao contexto geográfico e social que esta língua possui no seio da sociedade local.

Apesar das diferenças verificadas entre o português falado em Cabo Verde e o PE, observou-se ainda que existem diferenças relevantes dentro do próprio país. Dentro das regiões Barlavento e Sotavento, existem pronúncias que se divergem quanto à acentuação de algumas vogais, para o caso de Barlavento e, pronúncia de ditongos para o caso de Sotavento.

Várias outras características podem ainda ser atribuídas ao português falado em Cabo Verde. Porém, incidiu-se apenas sobre alguns aspectos dado à natureza do próprio trabalho.

Diversas questões ficaram ainda por focar, outras por aprofundar, mas a melhor forma de identificar outras características do português falado em Cabo Verde pode ser feita tendo em conta o levantamento de aspectos como: o maior ou menor grau académico, a maior ou menor exposição à língua portuguesa e a maior ou menor frequência do uso desta língua em situação concreta de comunicação.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, José Luís (2008). *O ano mágico de 2008: olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas*. Praia: Editora IBNL.

AMARO, Alice (2006). *Português: 10º o essencial* - 3ª edição. Porto: Edições Asa.

ANDRADE; Amália e Mª do Céu Viana (1996). *Fonética*. In HUB – FARIA, Isabel *et al.* (org) “*Introdução à linguística geral e portuguesa*”- 2ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

BARBOSA, Jorge Morais (1994). *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina.

BICHO, Verónica (s/d). *Funcionamento da língua portuguesa*. Mem-Martins, Lisboa: Sebenta Editora.

BRITO, Arminda (1991). *A língua portuguesa no espaço linguístico cabo-verdiano*. Praia: Revista Nortsul, pp. 25-26.

BRITO – SEMEDO, Manuel (1995). *Caboverdianamente ensaiando* – 1ª Edição. Volume I. Cabo Verde: Ilhéu Editora.

BARROS, Manuela Ferreira *et al.* (1996). *Variação linguística: perspectiva dialectológica*. In HUB – FARIA, Isabel *et al.* (org) *Introdução à linguística geral e portuguesa* - 2ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

CAMPOS, Maria Henriqueta *et al.* (2002). *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa* - 44ª edição. Lisboa: Editorial Notícias.

CARREIRA, António (1972). *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460 – 1878)*. Lisboa: Centro de estudos da Guiné-portuguesa.

_____ (1982). *O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão*. Mem-Martins, Lisboa: Gráfica Europam, Lda,.

CUNHA, Celso e Lindley CINTRA (1984a). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* - 6ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

_____ (1991b). *Nova gramática do português contemporâneo* - 8ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

DELGADO, Carlos Alberto (2008). *Crioulo de Cabo Verde: situação linguística da zona de barlavento*. (IBNL) Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

DUARTE, Dulce Almada (1977). *Uma nova pedagogia de ensino do português em Cabo Verde*. In Revista Raízes nº2 ano I, Abril/Junho, Praia: Imprensa Nacional, pp. 4 - 15.

_____ (1978). *A problemática da utilização das línguas nacionais: língua, nação, identidade cultural*. In Praia: Revista raízes nº 5/6 Janeiro/Junho, pp. 35 - 51.

_____ (1998). *Bilinguismo ou Diglossia*. Mindelo: Spleen-edições.

DUARTE, Inês (2000). *Língua portuguesa: instrumento de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

FONSECA, Mário (1998). *Padronização do alfabeto: sua importância (defesa da língua cabo-verdiana, do bilinguismo e do multilinguismo)*. In Revista Cultura, nº 2 pp. 107. Praia.

GALLISSON, R. e D. Coste (1983). *Dicionário de didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina.

GOMES, M^a Alice e C. F. Alcobaia (1996). *Projecto multidimensional para a aprendizagem da língua portuguesa em Cabo Verde*. Praia: Coleção Sete, Lisboa.

HEILMAIN, Hans – Peter (2008). *Um olhar sobre o devir da literalidade do crioulo*. In ALMADA, José Luís Hoppfer (org.). *O ano mágico de 2008: olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas*. Praia: Editora IBNL.

HUB FARIA, Isabel *et al.* (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa - 2ª edição*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

KATHAPULA, José Mateus (1986). *O panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política linguística*. In 1º Encontro da Associação portuguesa de linguística, 1ª edição, Lisboa.

LIMA, Augusto Mesquitela (1979). *O bilinguismo e o problema da escrita*. In Colóquio de Mindelo, S. Vicente.

LOPES FILHO, João (2003). *Introdução à cultura cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação.

MIRA MATEUS, M^a Helena *et al.* (1983). *Gramática da língua portuguesa* Coimbra: Livraria Almedina.

_____ (1990). *Fonética, Fonologia e Morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta.

_____ (2003). *Gramática da Língua Portuguesa - 6ª edição*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

_____ 2008. *Diversidade linguística na escola portuguesa*. Lisboa: Edição fundação Calouste Gulbenkian.

_____ (2008). *O ensino do português como língua não materna: algumas recomendações*. In Mateus, M^a Helena *et al.* (org). *Diversidade Linguística na escola portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MOTA, M^a Antónia *et al.* (1996). *Línguas em contacto*. In HUB – FARIA, Isabel *et al.* (org) *Introdução à linguística geral e portuguesa* - 2^a Edição. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

MUSSALIM, Fernanda e Ana Cristina Bentes (s/d). *Introdução à linguística I*. Brasil: Cortez Editora.

PEREIRA, Dília Ramos (1992). *O papel dos diferentes ambientes da língua de input no processo de aquisição, desenvolvimento e aprendizagem da língua materna*. Lisboa: Edições Colibri – Coleção Estudos Linguísticos.

PEREIRA, Dulce *et al.* (2008). *Crioulo de Cabo Verde*. In ALMADA, José Luís Hopffer. *O ano mágico de 2008: olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas*. Praia: Editora IBNL.

PERES, João A. e Telmo MÓIA (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho, SA.

PINA, Emanuel Correia (2006). *Aspectos da estrutura da frase e da negação frásica no cabo-verdiano (variante de Santiago) e no português europeu: um estudo sintáctico comparativo*. Tese de mestrado em Linguística. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SEQUEIRA, M^a de Fátima (1986). *O bilinguismo como factor de desenvolvimento metacognitivo e metalinguístico* - 1^a edição. In 1^o Encontro da associação portuguesa de linguística, Lisboa.

SILVA, Filinto E. Correia (2005). *Cabo Verde 30 anos de cultura (1975 – 2005)*. Praia: IBNL.

TARALLO, Fernando (1986). *A pesquisa sociolinguística*. S. Paulo: Editora Ática, SA.

VEIGA, Manuel (1996). *Crioulo de Cabo Verde* - 2^a Edição. Mindelo: ICL (Instituto cabo-verdiano do livro e do disco).

_____ (1998). *Cabo verde: Insularidade e literatura*. Paris: Editions KARTHALA.

_____ (2004). *A construção do bilinguismo*. Praia: IBNL (Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro).

XAVIER, M^a Francisca e M^a Helena M. Mateus (1990a). “*Dicionário de termos linguístico*”- vol. I. Lisboa: Edições Cosmos.

_____ (1992b). *Dicionário de termos linguísticos* - vol. II. Lisboa: Edições Cosmos.

1^o Encontro da Associação português de linguística (1986). 1^a Edição, Actas, Lisboa.

Dicionário LELLO Escolar (1996). Porto: Lello Editora.

WEB-GRAFIA

ALVAREZ, Maria Luísa Ortíz (2002). *A transferência, a interferência e a interlíngua no ensino das línguas*. Universidade de Brasília in 2º Congresso Brasileiro - Hispanistas (Outubro de 2002), disponível no site: <http://www.proceedings.scielo.php>, consultado no dia 10 de Janeiro de 2009.

ANÇÃ, Mª Helena (1999). *Da língua materna à língua segunda*. In Revista Noesis nº 51 pp. 14/16, Junho/Setembro pp. 59 - 60. Disponível no site <http://www.dgidc.min.edu.pt>. Consultado no dia 16 de Dezembro de 2008.

ASSUNÇÃO, Ana Lúcia. *Variedades nas normas “de prestígio sociais”*. Disponível no site: <http://monografias.brasilecola.com/educação> consultado no dia 8 de Outubro de 2008.

BARROS, Viriato. *Interferências do crioulo na aprendizagem do português por falantes de crioulo como língua materna*. Disponível no site [http://www.multiculturas.com/textos/interferenciacrioulonoPL2Viriato Barros.pdf](http://www.multiculturas.com/textos/interferenciacrioulonoPL2Viriato%20Barros.pdf) consultado no dia 23 de Janeiro de 2009.

BRITO, Karim Siebeneicher (2007). *Aprendizagem de mais de uma língua estrangeira: a influência da língua precedente*. Tese de mestrado pela Universidade federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Disponível no site [http://www.dspace.c35.ufpr.br/dspace/dissertação final.pdf](http://www.dspace.c35.ufpr.br/dspace/dissertação%20final.pdf) consultado no dia 15 de Dezembro de 2008.

BUESCU, Maria Leonor. *Conceito de Variação linguística*. Disponível no site: <http://www.Integralweb.com> consultado no dia 22 de Dezembro de 2008.

CARDOSO, Ana Josefa. *Kriolu sta bibu e di bom saudi!*. Disponível no site [http://www.app.pt/resumos B/cardoso b.doc](http://www.app.pt/resumos_B/cardoso_b.doc) consultado no dia 23 de Fevereiro de 2009.

CARDOSO, Ana Josefa (2007). *A importância do erro e as interferências linguísticas no processo de aquisição de uma língua não materna*. In [http://www.multiculturas.com/textos/escola multicultural](http://www.multiculturas.com/textos/escola_multicultural) consultado à 5 de Outubro de 2008.

CARVALHO, Mª Judite (2004). *A consciencialização do processo de transferência: um contributo para aprendizagem do Alemão língua estrangeira em contexto escolar português*. Universidade de Aveiro, Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa. Site: <http://www.fflch.usp.br/pesquisas/pdfs>, consultado no dia 15 de Dezembro de 2008.

COSTA, Arlindo (2006). *O crioulo como língua de escolarização em Cabo Verde – ensino básico*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: FLUL. Disponível no site: <http://www.multiculturas.com/textos.pdf> consultado no dia 23 de Janeiro de 2009

DIAS, Juliana Braz (2008). *Língua e poder: transcrevendo a questão nacional*. Revista Mana, v.8, nº1 pp. 7-27, Rio de Janeiro, disponível no site <http://www.buscatexual.cnpq.br/buscatexual/visualizacv>, consultado em Janeiro de 2009.

FAIM, Sílvia. *Português língua não materna*. Retirado do site <http://www.proformar.org/revista> no dia 26 de Janeiro de 2009.

LEIRIA, Isabel (1999). *Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino*. Versão do texto apresentado no 1º congresso de português língua não materna (21 a 23 de Outubro de 1999), Lisboa. Disponível no site <http://www.aulaintercultural.org/IMG/pdf/portuguêsLSeLE.pdf>.

NEVES, Ana Cristina Viegas (2007). *Língua e Poder em Cabo Verde: a Situação de Diglossia nas Escolas Primárias*. Tese para a obtenção do grau de Doutor na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Zurique. Disponível no site: <http://www.sfs.uni-tuebingen.de/linguidtlist.org/pubs/diss/browse>, consultado no mês de Novembro de 2008.

OLIVEIRA, Ana Luísa Nunes. *Representações da aprendizagem do português L2 – o caso de duas alunas guinienses de 10º ano*. Disponível no Site: <http://www.cvc.instituto-camoes.pt/idiomatico/representações.pdf>, consultado no dia 21 de Maio.

PEREIRA, Dulce (1999). *Contacto entre línguas*. Faculdade de Letras de Lisboa, in Revista Noesis nº 51, Junho a Setembro. Disponível no site: <http://www.esse-jdeus.edu.pt/projectos> consultado no dia 10 de Novembro de 2008.

PINTO, Jorge Alexandre (2001). *Cabo Verde, ensino da língua portuguesa: que futuro?* In Revista Latitudes nº 12, Setembro. Disponível no site <http://www.reveus-plurielles.org/-uploads.pdf> consultado no dia 19 de Março de 2009.

ROSSI, Pierre (s/d). *Na aprendizagem de uma língua estrangeira*. Disponível no site <http://www.teiportuguesa.com/lusografo/falsosamigos.html> consultado no dia 08 de Outubro de 2008.

SILVA, Sílvio Ribeiro (2006). *Variação linguística no livro de didáctica do português ALP – 4º ciclo*. UNIOESTE, Campos foz do Iguaçu, vol. 8 – nº 8 pp. 137 – 155. Disponível no site. <http://www.200.2001.8.27/index.php/ideiacao/article/view/845>, consultado no dia 22 de Novembro de 2008.

SCHUMM, Gabriele de Souza. *Um estudo enunciativo de uma política de línguas: uma identidade misturada*. Disponível no site: <http://www.geociies.com/gt-ad/gabrieledesouzaschumm.doc>, consultado no dia 15 de Dezembro de 2008.

SCHUTZ, Ricardo (2006). *Interferência, interlíngua e fossilização*. Disponível no site <http://www.sk.com.br/interfoss.html> consultado no dia 15 de Dezembro de 2008.

TEIS, Denize Terezinha (2004). *Interferências linguísticas bilíngues em produções escritas*. Revista Trama, Vol. 3, número 5, 1º semestre de 2007 pp. 73 – 87. Disponível no site: <http://www.www.index.php/trama/article/downloads> consultado no dia 15 de Dezembro de 2008.

ZENERATO, Dirley A. Zolletti. *Algumas considerações sobre a variação linguística e a mutação semântica*. Tese de mestrado em Linguística descritiva pela UNIR disponível no site http://www.monografias.brasiescola.com/educação/variação_linguistica consultado no dia 15 de Dezembro de 2008.

As variantes linguísticas. Disponível no site <http://www.wikipédia.com> consultado no dia 8 de Outubro de 2008.

A diversidade linguística nas escolas portuguesas. Disponível no site [www.iltec.pt.min-edu/pdf/linguacrioulacv.pdf](http://www.iltec.pt/min-edu/pdf/linguacrioulacv.pdf) consultado no dia 26 de Janeiro.

O português cabo-verdiano. Disponível no site <http://www.wikipédia.com> Enciclopédia Livre consultado à 22 de Dezembro de 2008.